

# **CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**

Informações Trimestrais  
Referentes ao Período de Três Meses  
Findo em 31 de Março de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## Ênfase

### *Lei 4.819/58*


Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às Informações Trimestrais, em 31 de março de 2023, a Companhia mantém registrado contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$2.219.384 mil líquidos, relativos aos impactos da Lei 4.819/58, que concedeu aos empregados servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo, benefícios de complementação de aposentadoria e pensão já concedidos aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados ao assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.


## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de maio de 2023

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Renato Vieira Lima  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

## Pareceres e Declarações

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	103
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	104
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	257.937.732
Preferenciais	400.945.572
<b>Total</b>	<b>658.883.304</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	32.847.617	31.274.875
1.01	Ativo Circulante	4.628.526	3.837.377
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.332.562	327.065
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.495	462.256
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	19.495	462.256
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	19.495	462.256
1.01.03	Contas a Receber	2.674.837	2.536.251
1.01.03.01	Clientes	2.674.837	2.536.251
1.01.03.01.01	Ativo da Concessão	2.674.837	2.536.251
1.01.06	Tributos a Recuperar	135.893	111.932
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	135.893	111.932
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	135.893	111.932
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	465.739	399.873
1.01.08.03	Outros	465.739	399.873
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	816
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	224.025	222.955
1.01.08.03.04	Outros	241.714	176.102
1.02	Ativo Não Circulante	28.219.091	27.437.498
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.301.761	17.915.054
1.02.01.04	Contas a Receber	15.943.293	15.579.159
1.02.01.04.01	Ativo de Concessão	15.943.293	15.579.159
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.358.468	2.335.895
1.02.01.10.03	Valores a Receber-Secretaria da Fazenda	2.219.384	2.175.500
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	41.740	41.271
1.02.01.10.08	Outros	97.344	110.424
1.02.01.10.09	Créditos com partes relacionadas	0	8.700
1.02.02	Investimentos	9.272.273	8.870.704
1.02.02.01	Participações Societárias	9.272.273	8.870.704
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.330.035	5.076.011
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.942.238	3.794.693
1.02.03	Imobilizado	114.131	112.328
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	114.131	112.328
1.02.04	Intangível	530.926	539.412
1.02.04.01	Intangíveis	530.926	539.412
1.02.04.01.02	Intangível	530.926	539.412

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	32.847.617	31.274.875
2.01	Passivo Circulante	1.644.825	1.206.837
2.01.02	Fornecedores	65.008	88.350
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	65.008	88.350
2.01.03	Obrigações Fiscais	179.743	185.865
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	179.743	185.865
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	179.743	185.865
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	652.723	166.189
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	61.983	63.579
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	61.983	63.579
2.01.04.02	Debêntures	577.160	88.833
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	13.580	13.777
2.01.04.03.01	Arrendamento	13.580	13.777
2.01.05	Outras Obrigações	747.351	766.433
2.01.05.02	Outros	747.351	766.433
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	611.182	611.208
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	68.879	62.338
2.01.05.02.07	Outros	67.290	92.887
2.02	Passivo Não Circulante	14.282.728	13.890.586
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.020.756	7.751.217
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.943.137	1.905.146
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.943.137	1.905.146
2.02.01.02	Debêntures	6.040.108	5.805.235
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	37.511	40.836
2.02.01.03.01	Arrendamento	37.511	40.836
2.02.02	Outras Obrigações	188.406	193.181
2.02.02.02	Outros	188.406	193.181
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	28.529	25.990
2.02.02.02.08	Benefício a empregados - déficit atuarial	156.332	153.836
2.02.02.02.09	Outros	3.545	13.355
2.02.03	Tributos Diferidos	5.956.710	5.828.039
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.956.710	5.828.039
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	1.689.904	1.643.620
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.266.806	4.184.419
2.02.04	Provisões	116.856	118.149
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	116.856	118.149
2.02.04.01.06	Provisões	116.856	118.149
2.03	Patrimônio Líquido	16.920.064	16.177.452
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	12.608.142	12.608.142
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.315.253	2.315.253
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	8.728.429	8.728.429

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2.03.04.11	Retenção de Lucros	846.456	846.456
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	748.862	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.626	-21.376
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	-9.218	-2.968
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-18.408	-18.408



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.286.091	1.033.981
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras líquidas	668.780	426.744
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	617.311	607.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-416.418	-261.785
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação de Infraestrutura e operação e Manutenção	-416.418	-261.785
3.03	Resultado Bruto	869.673	772.196
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	310.750	173.446
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.828	-63.778
3.04.02.01	Honorários da Administração	-6.445	-5.524
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-42.383	-58.254
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.867	875
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.060	-8.029
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	343.771	244.378
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.180.423	945.642
3.06	Resultado Financeiro	-240.614	-242.494
3.06.01	Receitas Financeiras	25.066	11.325
3.06.02	Despesas Financeiras	-265.680	-253.819
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	939.809	703.148
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-190.947	-160.074
3.08.01	Corrente	-108.258	-34.652
3.08.02	Diferido	-82.689	-125.422
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	748.862	543.074
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	748.862	543.074
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,13656	0,82423
3.99.01.02	PN	1,13656	0,82423
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,13648	0,82418
3.99.02.02	PN	1,13648	0,82418

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	748.862	543.074
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.250	-45.803
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial, líquido	-5.664	-45.803
4.02.04	Ajuste Instrumento Financeiro de Controladora, líquido	-586	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	742.612	497.271

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.700	163.136
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-641.974	-178.905
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	748.862	543.074
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.246	6.763
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	46.284	40.076
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.689	125.422
6.01.01.05	Demandas Judiciais	-517	1.025
6.01.01.06	Custo Residual do Ativo Imobilizado/Intangível Baixado	2	30
6.01.01.07	Benefício fiscal - ágio incorporado	10	9
6.01.01.08	Realização de Intangível da Concessão na Aquisição de Controlada	9.185	4.925
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-343.279	-243.866
6.01.01.11	Juros e var.Monet. E Cambial s/ empréstimo, financiamento e debêntures	257.377	239.695
6.01.01.13	Benefício a empregados - déficit atuarial	2.495	15.726
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras	-3.370	-6.050
6.01.01.15	Juros e var.Monet e Cambial s/ ativos e passivos	3.013	3.334
6.01.01.16	Ativos da concessão (receita de infraestr., remuneração ativos da concessão e ganho de eficiência)	-1.450.971	-909.068
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	766.674	342.041
6.01.02.01	Caixa Restrito	8.912	-224
6.01.02.02	Ativo da concessão	948.251	460.262
6.01.02.03	Estoques	-2.800	-14.601
6.01.02.04	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-43.884	-45.274
6.01.02.05	Tributos e Contribuições a Compensar	-23.961	-23.800
6.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	-108	-37
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-36.514	-31.514
6.01.02.08	Outros ativos	-23.238	17.977
6.01.02.09	Fornecedores	-23.316	-27.536
6.01.02.10	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	14.658	47.541
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas	-13.370	-9.856
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-20.780	-14.472
6.01.02.13	Encargos Regulatórios a Recolher	9.535	-7.877
6.01.02.14	Provisões	-3.985	-2.791
6.01.02.15	Valores a Pagar - Vivest	0	81
6.01.02.16	Reserva Global de Reversão - RGR	-620	-620
6.01.02.17	Outros Passivos	-22.106	-5.218
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	382.241	-184.924
6.02.01	Aplicações Financeiras	-109.802	-175.142
6.02.02	Compras de Imobilizado	-7.001	-638
6.02.03	Intangível	-2.127	-110
6.02.04	Investimentos	-100.562	-200.858
6.02.05	Dividendos recebidos	45.800	99.349
6.02.06	Resgates de Aplicações Financeiras	555.933	92.475
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	498.556	67.872
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures, líquidos dos custos de transações	547.896	224.123

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-15.480	-12.294
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Juros)	-29.956	-42.713
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprios Pagos	-26	-97.715
6.03.06	Pagamentos Arrendamentos (principal e Juros)	-3.878	-3.529
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.005.497	46.084
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	327.065	242.746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.332.562	288.830

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	12.608.142	0	-21.376	16.177.452
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	12.608.142	0	-21.376	16.177.452
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.862	-6.250	742.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.862	0	748.862
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.250	-6.250
5.05.02.06	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial, líquido	0	0	0	0	-5.664	-5.664
5.05.02.07	Ajuste Instrumento Financeiro de Controladora, líquido	0	0	0	0	-586	-586
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	12.608.142	748.862	-27.626	16.920.064

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	543.074	-45.803	497.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	543.074	0	543.074
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-45.803	-45.803
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-51.260	-51.260
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.457	5.457
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	11.045.897	543.074	-283.180	14.896.477

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
7.01	Receitas	1.498.321	1.196.305
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.468.454	1.195.430
7.01.02	Outras Receitas	29.867	875
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-369.986	-220.151
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-337.089	-192.672
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.897	-27.479
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.128.335	976.154
7.04	Retenções	-6.246	-6.763
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.246	-6.763
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.122.089	969.391
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	368.837	255.703
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	343.771	244.378
7.06.02	Receitas Financeiras	25.066	11.325
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.490.926	1.225.094
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.490.926	1.225.094
7.08.01	Pessoal	74.774	83.415
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.698	47.044
7.08.01.02	Benefícios	19.353	31.037
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.723	5.334
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	400.442	347.553
7.08.02.01	Federais	387.212	337.252
7.08.02.02	Estaduais	395	455
7.08.02.03	Municipais	12.835	9.846
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	266.848	251.052
7.08.03.01	Juros	265.557	249.369
7.08.03.02	Aluguéis	1.291	1.683
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	748.862	543.074
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	748.862	543.074

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	33.749.701	32.243.550
1.01	Ativo Circulante	5.460.527	4.670.170
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.484.897	336.523
1.01.02	Aplicações Financeiras	323.338	907.326
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	323.338	907.326
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	323.338	907.326
1.01.03	Contas a Receber	3.163.797	3.030.059
1.01.03.01	Clientes	3.163.797	3.030.059
1.01.03.01.01	Ativo da Concessão	3.163.797	3.030.059
1.01.06	Tributos a Recuperar	138.970	114.235
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	138.970	114.235
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	138.970	114.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	349.525	282.027
1.01.08.03	Outros	349.525	282.027
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	816
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	92.044	89.563
1.01.08.03.04	Outros	257.481	191.648
1.02	Ativo Não Circulante	28.289.174	27.573.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.762.459	23.187.897
1.02.01.04	Contas a Receber	21.366.576	20.828.913
1.02.01.04.01	Ativo de Concessão	21.366.576	20.828.913
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.395.883	2.358.984
1.02.01.10.03	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	2.219.384	2.175.500
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	41.756	41.298
1.02.01.10.06	Outros	134.743	142.186
1.02.02	Investimentos	3.942.238	3.794.693
1.02.02.01	Participações Societárias	3.942.238	3.794.693
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.942.238	3.794.693
1.02.03	Imobilizado	116.665	114.932
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	116.665	114.932
1.02.04	Intangível	467.812	475.858
1.02.04.01	Intangíveis	467.812	475.858
1.02.04.01.02	Intangível	467.812	475.858



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	33.749.701	32.243.550
2.01	Passivo Circulante	1.732.625	1.293.346
2.01.02	Fornecedores	95.999	111.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	95.999	111.557
2.01.03	Obrigações Fiscais	189.669	197.315
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	189.669	197.315
2.01.03.01.02	Tributos e Encargos sociais a recolher	189.669	197.315
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	667.749	181.017
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	76.659	78.060
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	76.659	78.060
2.01.04.02	Debêntures	577.160	88.833
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	13.930	14.124
2.01.04.03.01	Arrendamento	13.930	14.124
2.01.05	Outras Obrigações	779.208	803.457
2.01.05.02	Outros	779.208	803.457
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	611.182	611.208
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	69.876	63.287
2.01.05.02.07	Outros	98.150	128.962
2.02	Passivo Não Circulante	14.818.850	14.413.723
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.126.560	7.860.680
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.046.998	2.012.601
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.046.998	2.012.601
2.02.01.02	Debêntures	6.040.108	5.805.235
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	39.454	42.844
2.02.01.03.01	Arrendamento	39.454	42.844
2.02.02	Outras Obrigações	205.615	204.488
2.02.02.02	Outros	205.615	204.488
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	31.151	28.142
2.02.02.02.08	Outros	18.132	22.510
2.02.02.02.09	Benefício a empregados - déficit atuarial	156.332	153.836
2.02.03	Tributos Diferidos	6.347.295	6.207.796
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.347.295	6.207.796
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.445.113	4.357.908
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	1.902.182	1.849.888
2.02.04	Provisões	139.380	140.759
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.380	140.759
2.02.04.01.06	Provisoes	139.380	140.759
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	17.198.226	16.536.481
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	12.608.142	12.608.142
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.315.253	2.315.253
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	8.728.429	8.728.429

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2023</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2022</b>
2.03.04.12	Retenção de Lucros	846.456	846.456
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	748.862	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.626	-21.376
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	-9.218	-2.968
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-18.408	-18.408
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	278.162	359.029

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.570.821	1.360.061
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	783.628	598.610
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	787.193	761.451
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-541.087	-457.459
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação da Infraestrutura e Operação e Manutenção	-541.087	-457.459
3.03	Resultado Bruto	1.029.734	902.602
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	160.605	53.684
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.310	-67.562
3.04.02.01	Honorários da Administração	-6.445	-5.524
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-47.865	-62.038
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	36.296	2.009
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-14.726	-8.674
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	193.345	127.911
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.190.339	956.286
3.06	Resultado Financeiro	-233.530	-230.291
3.06.01	Receitas Financeiras	35.092	27.700
3.06.02	Despesas Financeiras	-268.622	-257.991
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	956.809	725.995
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-201.606	-172.825
3.08.01	Corrente	-113.916	-39.982
3.08.02	Diferido	-87.690	-132.843
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	755.203	553.170
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	755.203	553.170
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	748.862	543.074
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.341	10.096
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,13656	0,82423
3.99.01.02	PN	1,13656	0,82423
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,13648	0,82418
3.99.02.02	PN	1,13648	0,82418

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	755.203	553.170
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.250	-45.803
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial, líquido	-5.664	-45.803
4.02.04	Ajuste Instrumento Financeiro de Controladora, líquido	-586	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	748.953	507.367
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	742.612	497.271
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.341	10.096

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.715	73.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-788.468	-376.415
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	755.203	553.170
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.391	6.921
6.01.01.03	PIS e COFINS diferidos	52.294	48.928
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	87.690	132.843
6.01.01.05	Demandas Judiciais	-938	2.207
6.01.01.06	Custo Residual de Ativo Permanente Baixado	2	206
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio incorporado	10	9
6.01.01.08	Realização de Intangível da Concessão na Aquisição de Controlada	9.184	4.925
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-193.345	-127.909
6.01.01.11	Juros e var. E Cambial S/ empréstimos, financiamentos e debêntures	259.925	244.312
6.01.01.12	Benefício a empregados - déficit atuarial	2.495	15.726
6.01.01.13	Receitas sobre aplicações financeiras	-6.341	-10.358
6.01.01.14	Juros e var. E Cambial s/ ativos e passivos	3.610	2.759
6.01.01.15	Ativos da concessão (receita de infraestr., remuneração ativos da concessão e ganho de eficiência)	-1.758.307	-1.240.058
6.01.01.16	Transações com acionistas não controladores	-6.341	-10.096
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	898.183	450.140
6.01.02.01	Caixa Restrito	8.654	-618
6.01.02.02	Ativo da concessão	1.086.906	547.997
6.01.02.03	Estoques	-8.408	-19.014
6.01.02.04	Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-43.884	-45.274
6.01.02.05	Tributos e Contribuições a Compensar	-24.735	-24.498
6.01.02.06	Cauções e Depósitos Vinculados	-97	-37
6.01.02.07	Despesas pagas Antecipadamente	-36.301	-32.128
6.01.02.08	Outros ativos	-24.855	19.673
6.01.02.09	Fornecedores	-15.590	-436
6.01.02.10	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18.253	52.044
6.01.02.11	Obrigações Trabalhistas	-13.370	-9.856
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-25.873	-18.258
6.01.02.13	Encargos Regulatórios a Recolher	9.996	-7.593
6.01.02.14	Provisões	-4.189	-5.106
6.01.02.15	Valores a Pagar - Funcesp	0	81
6.01.02.16	Reserva Global de Reversão	-620	-620
6.01.02.17	Outros Passivos	-27.704	-6.217
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	546.133	-78.225
6.02.01	Aplicações Financeiras	-141.764	-254.198
6.02.02	Resgates de Aplicações financeiras	651.226	211.721
6.02.03	Compra de Imobilizado	-7.002	-638
6.02.04	Intangível	-2.127	-110
6.02.05	Investimentos	0	-35.000
6.02.06	Dividendos recebidos	45.800	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	492.526	38.313

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
6.03.01	Adições Empréstimos e Debêntures, líquidos dos custos de transações	547.896	224.123
6.03.02	Pagamento de Empréstimo e Debêntures (Principal )	-18.905	-28.770
6.03.03	Pagamento de Empréstimo e Debêntures (Juros)	-32.467	-46.704
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	-9.007
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-26	-97.715
6.03.07	Pagamentos Arrendamentos (Principal e Juros)	-3.972	-3.614
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.148.374	33.813
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	336.523	282.632
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.484.897	316.445

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	12.608.142	0	-21.376	16.177.452	359.029	16.536.481
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	12.608.142	0	-21.376	16.177.452	359.029	16.536.481
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-87.208	-87.208
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.862	-6.250	742.612	6.341	748.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.862	0	748.862	6.341	755.203
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.250	-6.250	0	-6.250
5.05.02.06	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial, líquido	0	0	0	0	-5.664	-5.664	0	-5.664
5.05.02.07	Ajuste Instrumento Financeiro de Controladora, líquido	0	0	0	0	-586	-586	0	-586
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	12.608.142	748.862	-27.626	16.920.064	278.162	17.198.226

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206	393.529	14.792.735
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206	393.529	14.792.735
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	6.228	6.228
5.04.08	Aquisição de participação adicional junto á não controladores	0	0	0	0	0	0	6.228	6.228
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	543.074	-45.803	497.271	10.096	507.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	543.074	0	543.074	10.096	553.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-45.803	-45.803	0	-45.803
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-51.260	-51.260	0	-51.260
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	5.457	5.457	0	5.457
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	11.045.897	543.074	-283.180	14.896.477	409.853	15.306.330



**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022</b>
7.01	Receitas	1.803.600	1.539.186
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.767.304	1.537.177
7.01.02	Outras Receitas	36.296	2.009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-499.079	-418.699
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-461.528	-388.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.551	-30.670
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.304.521	1.120.487
7.04	Retenções	-6.391	-6.921
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.391	-6.921
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.298.130	1.113.566
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	228.437	155.609
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	193.345	127.909
7.06.02	Receitas Financeiras	35.092	27.700
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.526.567	1.269.175
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.526.567	1.269.175
7.08.01	Pessoal	76.033	84.422
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.680	47.044
7.08.01.02	Benefícios	20.630	32.044
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.723	5.334
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	425.360	376.134
7.08.02.01	Federais	412.083	365.801
7.08.02.02	Estaduais	435	471
7.08.02.03	Municipais	12.842	9.862
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	269.971	255.449
7.08.03.01	Juros	268.454	253.445
7.08.03.02	Aluguéis	1.517	2.004
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	755.203	553.170
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	748.862	543.074
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.341	10.096

## Comentário do Desempenho

### Desempenho Operacional

A ISA CTEEP atua no segmento de transmissão de energia elétrica, por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, tem presença em 17 estados do País. Em 31 de março de 2023, sua infraestrutura contemplava aproximadamente 22 mil km de redes de linhas de transmissão com 30 mil km de circuitos, 133 subestações próprias com tensão de até 500 kV (ativos em operação e em construção) e 84 mil MVA de capacidade de transformação que formam uma complexa rede de transmissão pela qual trafegam 30% de toda a energia elétrica transmitida no país e 94% da energia transmitida no estado de São Paulo. O IENS - Índice de Energia Não Suprida da Companhia totalizou 0,000783%. Como referência, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrou 0,0012%.

Em 31 de março de 2023, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto detinham 32 contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, totalizando um direito a uma RAP de R\$4.176.011 (CTEEP e controladas) e R\$693.991 (controladas em conjunto), base ciclo 2022/2023, mais detalhes na nota 1.2.

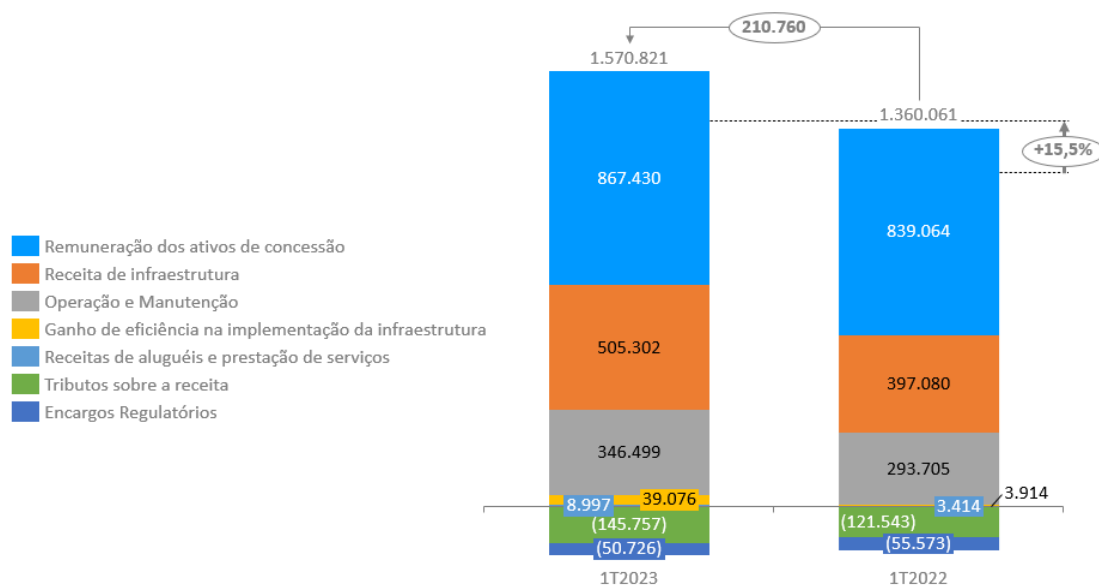
A Companhia tem como estratégia a geração de valor sustentável, suportado pela excelência operacional na gestão de ativos e de processos de operação e manutenção (O&M), com crescente investimentos em projetos *greenfield* e investimentos em reforços e melhorias, buscando longevidade, expansão no território nacional e modernização do parque de ativos. No 1T23, foram investidos R\$419.627 (nota 17.2), um aumento de 22% em relação ao 1T22, sendo 40 projetos de reforços e melhorias e projetos *greenfield* das controladas: Triângulo Mineiro (contrato 007/2020) da IEMinas Gerais, Minuano (contrato 001/2020) da Evrecy, IERiacho Grande (contrato 005/2021), Jacarandá (contrato 011/2022) da IEJaguar 8 e empreendimento da Companhia Piraquê (contrato 008/2022).

### Desempenho Financeiro

**Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2023, apresentado em milhares de reais.**

No 1T23, a Companhia e suas controladas apresentaram um lucro líquido de R\$755.203, comparado com um total de R\$553.170 auferido no 1T22, uma variação de 36,52%, explicada nas rubricas abaixo.

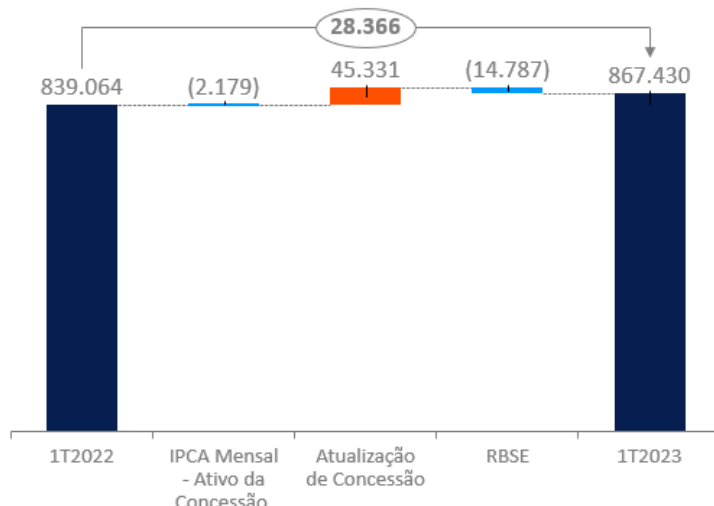
A **receita operacional líquida** teve um aumento de 15,5% em comparação com o exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:



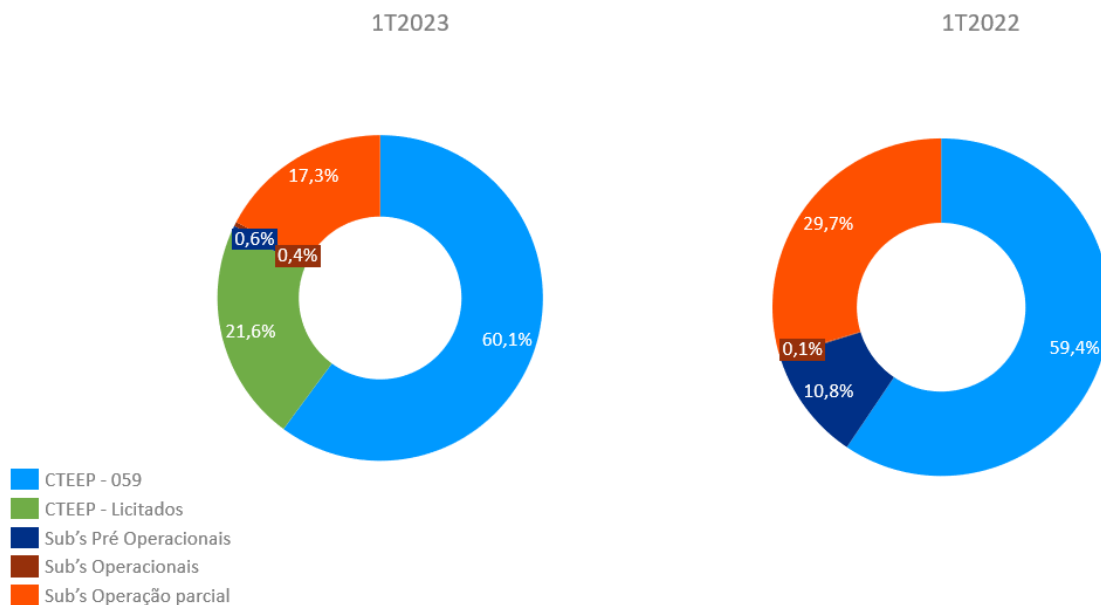
A **remuneração dos ativos da concessão** totalizou R\$867.430 no 1T23 comparado com R\$839.064 no 1T22 principalmente por: (i) aumento pela atualização do fluxo financeiro pela taxa implícita de R\$45.331, compensado por (ii) menor efeito inflacionário de atualização do IPCA mensal<sup>1</sup>, gerando uma redução de R\$16.965.

<sup>1</sup> IPCA 1T23 1,99% - 1T22 2,28%

### Comentário do Desempenho

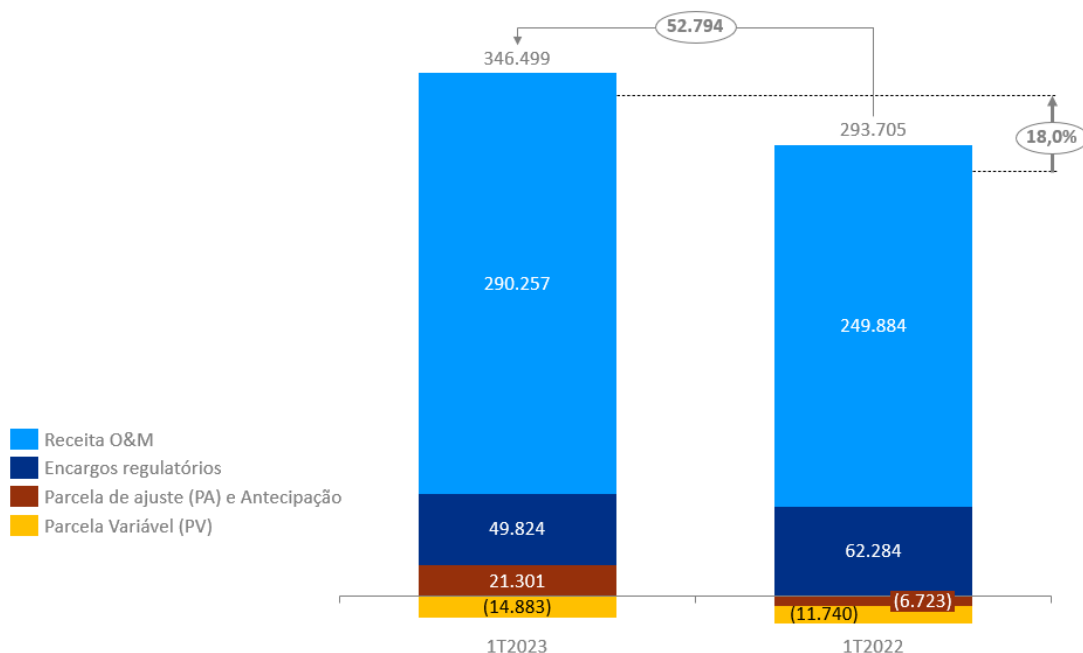


As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$505.302 no 1T23, com acréscimo de 27,25% se comparada com R\$397.080 no 1T22, a variação positiva é explicada principalmente por: (i) aumento de R\$176.633 na CTEEP, pelos novos investimentos em projetos de reforços e melhorias e Projeto Piraquê; (ii) aumento de R\$35.333 em função da evolução das obras em controladas, com o avanço nas obras de IEMG (Triângulo Mineiro), Riacho Grande e Jaguar 8 (Jacarandá); compensado pela (ii) redução de R\$107.249, em Tibagi (Três Lagoas), Biguaçu e Itaúnas devido a entrada em operação e Evrecy (Minuano) em função da fase avançada das obras.



As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$346.499 no 1T23, comparada com R\$293.705 no 1T22, sendo os principais fatores; (i) variação positiva de R\$40.373 devido atualização monetária da RAP pelo IPCA, ciclo 2022/2023; somado a (ii) variação positiva da parcela de ajuste e antecipação, no total de R\$28.024, compensado (iii) pela parcela variável e redução no repasse de encargos regulatórios incorporados na receita, no total de R\$15.603.

## Comentário do Desempenho

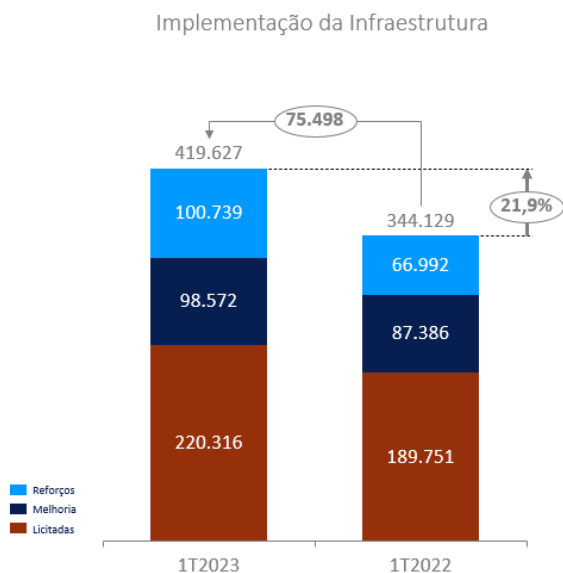


O **ganho de eficiência** refere-se a ganho adicional ao contabilizado via margem de construção ao longo da obra, que se origina pela maior eficiência em relação aos custos previstos e/ou antecipação em relação ao prazo ANEEL. No 1T23 totalizou R\$39.076 vs R\$3.914 no 1T22, variação ocorrida devido principalmente a energização de 138 projetos de reforços e melhorias na Companhia no montante de R\$38.945.

As **deduções da receita operacional** totalizaram R\$196.483 no 1T23 vs. R\$177.116 no 1T22, variação explicada principalmente, pelo aumento de tributos e contribuições de PIS e COFINS corrente e diferidos em R\$24.214 que acompanham a variação da receita bruta, compensado pela redução dos encargos regulatórios em R\$4.847 que varia de acordo com o consumo efetivo dos consumidores livres.

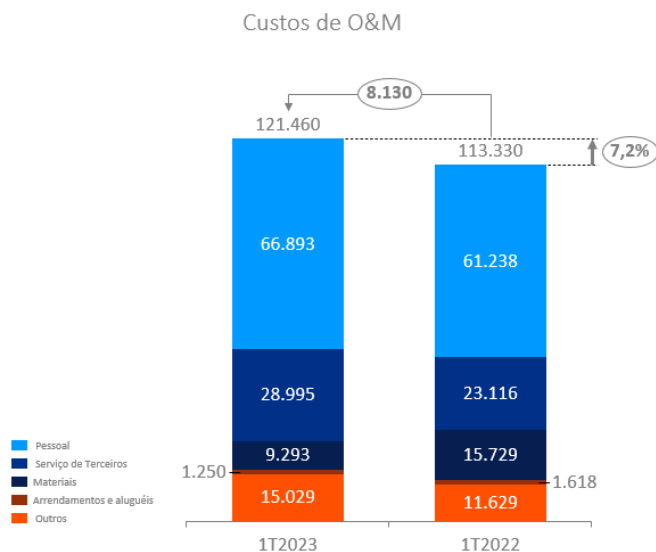
Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e serviços prestados** tiveram um aumento de 18,28%, totalizando R\$541.087 no 1T23 frente aos R\$457.459 no 1T22 sendo:

- **Custos dos serviços de implementação da infraestrutura** acompanharam a variação da receita e tiveram um acréscimo de R\$75.498 no 1T23, principalmente, (i) maior investimento nas obras de reforços e melhorias e projeto licitado Piraquê da Companhia; (ii) avanço nas obras de IEMG (Triângulo Mineiro), Riacho Grande, Jacarandá e (iii) compensado pela redução devido a entrada em operação das controladas Tibagi (Três Lagoas), Biguaçu e Itaúnas e Evrecy (Minuano) em função da fase avançada das obras.



## Comentário do Desempenho

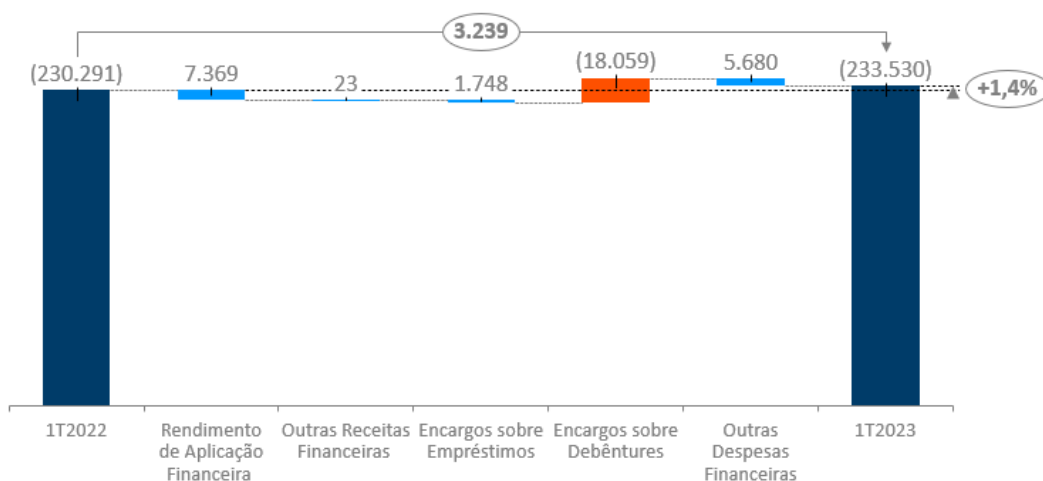
- **Custos de operação e manutenção e de serviços prestados** apresentaram um aumento de R\$8.130 no 1T23 em relação ao 1T22, principalmente por: (i) aumento com pessoal, decorrente do acordo coletivo 2022/2023 e (ii) aumento em serviços de terceiros devido a maior realização de serviços de manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações.



As **despesas gerais e administrativas** apresentaram uma redução de 19,6%, totalizando R\$54.310 no 1T23 comparadas com R\$67.562 no 1T22, variação devido principalmente a menor provisão para fazer frente ao passivo atuarial do plano de pensão no valor de R\$13.231.

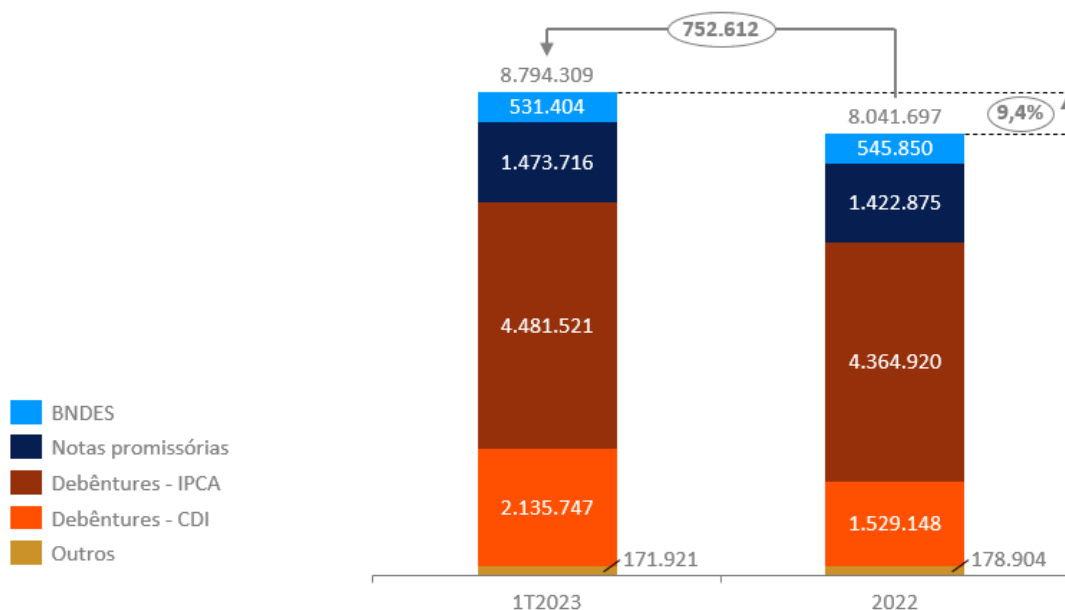
As **outras receitas (despesas) operacionais** totalizaram receitas de R\$21.570 no 1T23 comparadas com despesas de R\$6.665 no 1T22, esta variação ocorreu principalmente pela atualização dos valores a receber referente negociação de faixa de domínio e desapropriação de terrenos da antiga EPTE junto a Prefeitura de São José dos Campos, no valor de R\$25.556.

O **resultado financeiro** apresentou despesa líquida, de R\$233.530 no 1T23 comparado a R\$230.291 no 1T22, variação deve-se principalmente, (i) aumento das despesas com variações monetárias e encargos sobre debêntures, em função da emissão ocorrida no 2T22; compensado com (ii) aumento de rendimentos sobre aplicações financeiras e (iii) redução dos encargos sobre empréstimos devido a liquidação do CCB e BNDES em 2022.



A **dívida bruta** consolidada totalizou R\$8.794.309 no 1T23 vs. R\$8.041.697 em 2022, aumento devido principalmente a 13ª emissão de debêntures no valor de R\$550.000 e atualização pelos índices ao qual a dívida está indexada, principalmente IPCA e CDI. O custo médio da dívida consolidada foi de 12,25% a.a no 1T23 comparado com 12,78% a.a em 2022.

## Comentário do Desempenho

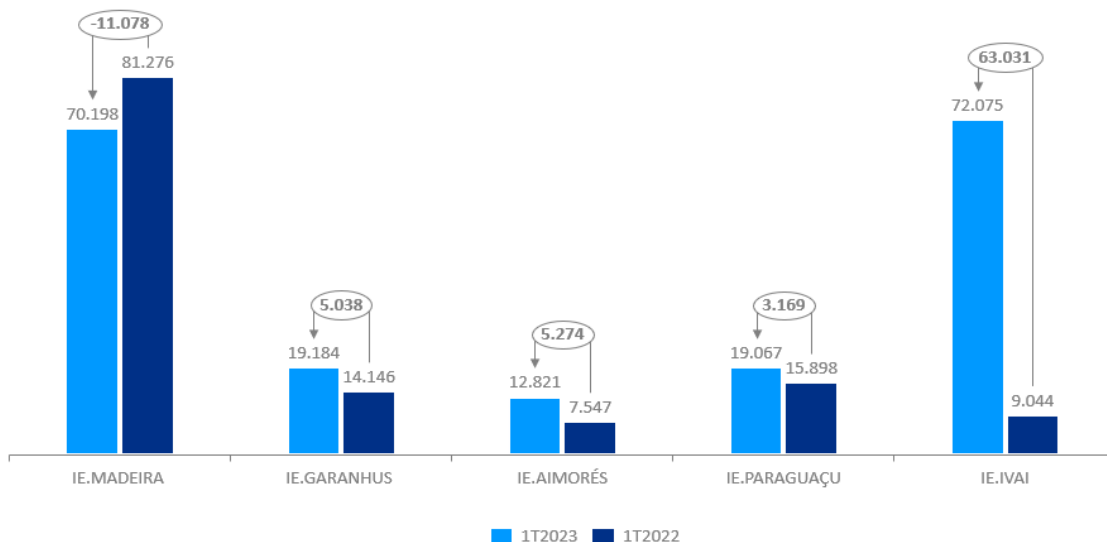


O resultado de **equivalência patrimonial** totaliza R\$193.345 no 1T23 comparado com R\$127.911 no 1T22, e tem como principais motivos a variação das controladas em conjunto a seguir:

- (i) **IEIvaí**, em fase operacional parcial, variação refere-se, basicamente por: (i) ganho de eficiência na implementação da infraestrutura devido a entrada em operação parcial.
- (ii) **IEAimorés**, em operação, variação refere-se, principalmente pela: (i) atualização do ativo da concessão pelo IPCA mensal e taxa implícita e (ii) receita de operação e manutenção devido entrada em operação em maio de 2022.
- (iii) **IEParaguaçu**, em operação, variação refere-se, principalmente pela: (i) atualização do ativo da concessão pelo IPCA mensal e taxa implícita e (ii) receita de operação e manutenção devido entrada em operação em julho de 2022.
- (iv) **IEGaranhuns**, em operação, variação refere-se, principalmente (i) evento não recorrente em 1T22 com custos de operação e manutenção devido aquisição de equipamentos de manutenção; (ii) aumento da atualização do ativo da concessão pela taxa implícita; compensado (iii) por menor efeito inflacionário do IPCA<sup>1</sup> no 1T23 sobre a atualização do ativo da concessão.
- (v) **IEMadeira**, em operação, a variação refere-se, principalmente a menor efeito inflacionário do IPCA<sup>1</sup> no 1T23 sobre a atualização do ativo da concessão.

<sup>1</sup> IPCA 1T23 1,99% - 1T22 2,28%

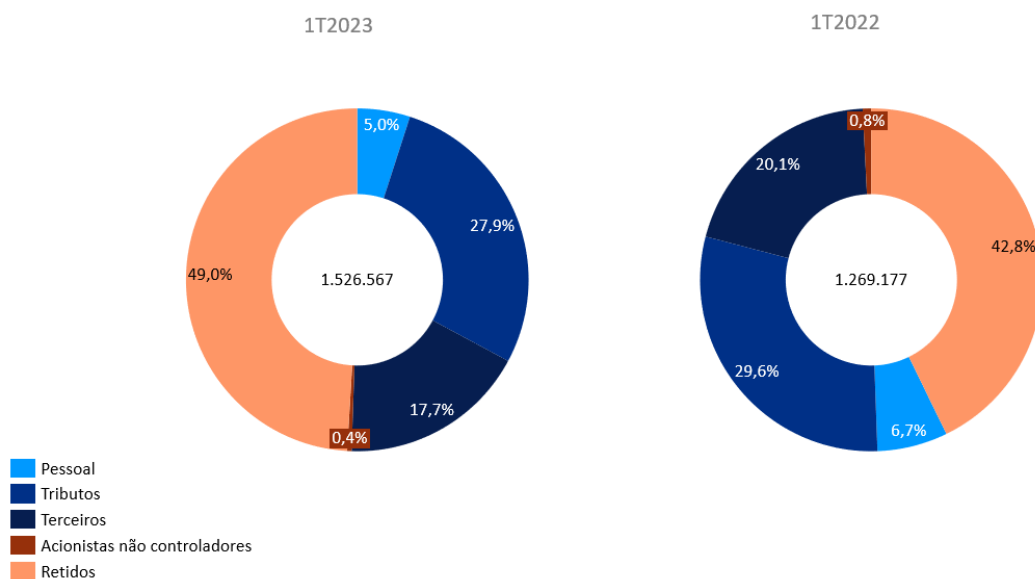
### Comentário do Desempenho



As despesas com **imposto de renda e contribuição social** totalizou R\$201.606 no 1T23 comparando com R\$172.825 no 1T22, que acompanha a variação do resultado excluindo o resultado da equivalência patrimonial. A taxa efetiva apurada de imposto no 1T23 é de 21% e no 1T22 foi de 24%.

#### Valor adicionado

No 1T23 a Companhia apurou R\$1.526.567 de valor adicionado comparado com R\$1.269.175 no 1T22, distribuído como segue:





**Notas Explicativas**





**Notas Explicativas****ÍNDICE**

<b>Destaques .....</b>	<b>3</b>
<b>1. Contexto Operacional .....</b>	<b>4</b>
<b>2. Apresentação das informações trimestrais .....</b>	<b>7</b>
<b>3. Principais práticas contábeis .....</b>	<b>9</b>
<b>4. Normas e interpretações novas e revisadas .....</b>	<b>9</b>
<b>5. Ativos da concessão .....</b>	<b>10</b>
<b>6. Endividamento líquido .....</b>	<b>12</b>
<b>7. Investimentos .....</b>	<b>22</b>
<b>8. Impostos diferidos .....</b>	<b>30</b>
<b>9. Valores a receber – Secretaria da Fazenda .....</b>	<b>31</b>
<b>10. Imobilizado e Intangível .....</b>	<b>34</b>
<b>11. Benefício Pós Emprego.....</b>	<b>38</b>
<b>12. Tributos, encargos sociais e contribuições .....</b>	<b>39</b>
<b>13. Encargos regulatórios a recolher.....</b>	<b>40</b>
<b>14. Provisões, contingências, cauções e depósitos vinculados .....</b>	<b>41</b>
<b>15. Patrimônio líquido.....</b>	<b>45</b>
<b>16. Receita operacional líquida.....</b>	<b>49</b>
<b>17. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas.....</b>	<b>53</b>
<b>18. Outras receitas (despesas) operacionais .....</b>	<b>54</b>
<b>19. Resultado financeiro.....</b>	<b>54</b>
<b>20. Imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>55</b>
<b>21. Transações com partes relacionadas.....</b>	<b>56</b>
<b>22. Instrumentos financeiros .....</b>	<b>59</b>
<b>23. Seguros .....</b>	<b>65</b>
<b>24. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa .....</b>	<b>66</b>
<b>25. Eventos Subsequentes .....</b>	<b>66</b>

## Notas Explicativas

### Destaques

A Administração destaca abaixo assuntos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros importantes para esta divulgação:

- **Operacional**

#### Início de operação

Em 22 de março de 2023, iniciaram as operações comerciais parciais da controlada Itaúnas (“IE Itaúnas”) com a obtenção do Termo de Liberação Provisório (“TLP”) junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), com atrasos nas obras por fatos não atribuíveis à Companhia que solicitará os correspondentes excludentes de responsabilidade. Em 31 de março de 2023, o TLP faz jus ao recebimento de 66% do total da Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$63.386 (ciclo tarifário 2022/2023), equivalente a R\$42.025.

- **Regulatório**

#### Decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) – Subestação Centro (CTR)

Em 18 de janeiro de 2023, os ministros do TCU decidiram de forma unânime, pela invalidação da relicitação da Subestação Centro (“SE Centro”, “CTR”), objeto do lote 6 do leilão 02/2022, realizado em 16 de dezembro de 2022. Dessa forma, a subestação mantém-se como parte do contrato de concessão da Companhia. A retirada da SE Centro do contrato 059/2001 para ser objeto de licitação no leilão havia sido aprovada em Reunião de Diretoria da ANEEL realizada em 04 de outubro de 2022. A ANEEL recorreu da decisão e aguarda-se julgamento.

- **Econômico-Financeiros**

Em 7 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 13ª emissão de debêntures no montante de R\$550.000 (nota 6.1).

## Notas Explicativas

### 1 Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“ISA CTEEP”, “CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 1 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”). Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo, alienou ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A entidade vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”).

Atualmente, a Companhia está consolidada no setor de transmissão de energia elétrica, atuando como grupo econômico e controla diretamente dezesseis sociedades, além de deter o controle compartilhado de outras cinco sociedades. Juntas, tais sociedades somam trinta e dois contratos de concessão (nota 1.2), 20,3 mil quilômetros de linhas construídas, 74,6 mil MVA de capacidade de transformação, além de mais de 1,2 mil quilômetros e 9,7 mil MVA de potência em fase pré-operacional.

A Companhia adota as práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da B3 desde setembro de 2002, onde suas ações são listadas sob os códigos TRPL3 e TRPL4. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice de Dividendos (IDIV), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice de Governança Corporativa (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice MidLarge Cap (MLCX) e o Índice de Utilidade Pública (UTIL), Índice Brasil 100 (IBrX100), Índice Carbono Eficiente (ICO2) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

## Notas Explicativas

### 1.2 Concessões

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
					Prazo (anos)	Próxima		RS mil	Mês base
CTEEP (i)	059/2001		30	31.12.42	5	2023	IPCA	2.917.317	06/22
CTEEP (ii)	012/2016		30	20.11.46	5	2027	IPCA	199.976	06/22
CTEEP (projeto Piraquê)	008/2022		30	29.09.52	5	2028	IPCA	285.740	RAP Ofertada
<b>Controladas</b>									
IEJaguar 6 (iii)	143/2001	100	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	19.644	06/22
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5	2027	IPCA	24.585	06/22
IENNE	001/2008	100	30	16.03.38	5	2023	IPCA	52.513	06/22
IEJaguar 8 (iii)	012/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	13.709	06/22
IESul	013/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	7.237	06/22
IEJaguar 9 (iii)	015/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	50.297	06/22
IESul	016/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	19.257	06/22
IEPinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	6.819	06/22
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4	2025	IGPM	21.564	06/22
IESerra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5	2025	IPCA	52.378	06/22
IEItapura (iii)	021/2011	100	30	09.12.41	5	2027	IPCA	7.879	06/22
IEItaúnas	018/2017	100	30	10.02.47	5	2027	IPCA	63.386	06/22
IETibagi	026/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	19.588	06/22
IEItaquê	027/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	61.089	06/22
IEJaguar 6 (iii)	042/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	13.718	06/22
IEAguapeí	046/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	87.613	06/22
IEBiguaçu	012/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	49.724	06/22
IEItapura	021/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	13.155	06/22
Evrecy	001/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	46.491	06/22
IETibagi	006/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	6.548	06/22
IEMG	007/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	40.505	06/22
IERiacho Grande	005/2021	100	30	30.03.51	5	2026	IPCA	81.846	06/22
IEJaguar 8 (projeto Jacarandá)	011/2022	100	30	30.09.52	5	2028	IPCA	13.433	RAP Ofertada
<b>Total CTEEP e Controladas</b>								<b>4.176.011</b>	
<b>Controladas em conjunto</b>									
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	348.018	06/22
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	300.887	06/22
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5	2027	IPCA	123.781	06/22
IEParaguaçu	003/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	142.722	06/22
IEAimorés	004/2017	50	30	10.02.47	5	2027	IPCA	95.501	06/22
IEIvai	022/2017	50	30	11.08.47	5	2023	IPCA	361.620	06/22
<b>Total controladas em conjunto</b>								<b>1.372.529</b>	
<b>Participação da Companhia no total das controladas em conjunto</b>								<b>693.991</b>	

## Notas Explicativas

Os contratos de concessão acima, adquiridos até o leilão de 2018, preveem o direito de indenização sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. A partir de 2019 somente os ativos autorizados pela ANEEL, mediante reforços ou melhorias consideram direito de indenização. Para os contratos com revisão tarifária periódica, segundo a regulamentação aplicada pela ANEEL, é previsto o direito à remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

- (i) Na CTEEP a RAP referente aos ativos do SE (Serviço Existente) de R\$1.199.736 na base 06/2021 passou para R\$1.549.630 na base 06/2022, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 3.067/22 de 12 de julho de 2022.
- (ii) Contrato de concessão advindo da aquisição da PBTE ocorrido em 02 de março de 2021, incorporada pela Companhia em 01 de novembro de 2021.
- (iii) Em 31 de outubro de 2022, a Companhia realizou uma reorganização societária em suas controladas, IEPinheiros, IESerra do Japi, IEItapura, IEJaguar6, IEJaguar8 e IEJaguar9, com transferências dos contratos de concessão, tendo a finalidade de potencializar a sinergia operacional otimizando questões geográficas e organizacionais. A Companhia adotou o método do valor contábil para a contabilização desta operação, por não impactar alteração no controle de suas controladas, não se aplica o CPC 15 (IFRS 3) – Combinação de negócios.

### (a) Lei nº 12.783/2013

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (\*) e do SE (\*\*).

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 5.1).

Para os valores do SE, no ano de 2016, foi emitida Nota Técnica nº 336/2016 da ANEEL que apresenta proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina valores e prazos de pagamento para as concessionárias.

Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores do RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como “Ativos da concessão” (nota 5.1).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020, recalcula os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizados os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 16.6). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhões no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R\$497.346 no saldo do ativo de contrato correspondente. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

## Notas Explicativas

Em junho de 2022, a Superintendência Geral de Tarifas da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE, tendo ocorrido, neste mesmo mês, decisão monocrática (Despacho nº 1.762/22) deliberada pelo diretor da ANEEL sobre o referido tema. A decisão monocrática foi suspensa e referida Nota Técnica somente tem efetividade após decisão colegiada da Diretoria da ANEEL, de forma que premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/2021, estão vigentes e permanecem apropriados, conforme entendimento da Administração e se encontram refletidos nas presentes demonstrações financeiras. Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL, emitiu a Nota Técnica nº 85/2023 que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 85/2022-SGT/ANEEL (nota 25).

(\*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000

(\*\*) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

## 2 Apresentação das informações trimestrais

As notas explicativas estão apresentadas e ordenadas de acordo com o entendimento da Administração em relação à relevância das rubricas patrimoniais e de resultado, refletindo o desempenho das atividades operacionais e financeiras da Companhia.

Na seção Outras informações que a Companhia entende como relevante encontra-se uma tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas informações trimestrais de 31 de março de 2023 versus 31 de março de 2022.

### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 02 de maio de 2023.

### 2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das informações trimestrais a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações trimestrais na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## Notas Explicativas

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011 e CPC 21 (R1) (IAS 34) Demonstração Intermediária, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2022.

### 2.5 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2023	31.12.2022
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Evrecy S.A. (Evrecy)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (Itaúnas)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Tibagi S.A. (Tibagi)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Itaquerê S.A. (Itaquerê)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (Aguapeí)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (Biguaçu)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Itapura)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. (Riacho Grande)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Jaguar 6 (Jaguar 6)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Jaguar 8 (Jaguar 8)	31.03.2023	100	100
Interligação Elétrica Jaguar 9 (Jaguar 9)	31.03.2023	100	100
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes (i)	31.03.2023	29 (*)	77
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI (ii)	31.03.2023	1 (*)	49
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	31.03.2023	100 (*)	100
Fundo de Investimento Barra Bonita	31.03.2023	100 (*)	100

(\*) Considera participação direta por meio da Companhia e indireta por meio das controladas.

- (i) Em 31 de março de 2023 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 71% de participação do Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.
- (ii) Em 31 de março de 2023 as controladas em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns) possuem 82% e 17% respectivamente, de participação do Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.

Conseqüentemente essas participações têm reflexo na linha de participação de não controladores nos fundos de



## Notas Explicativas

investimentos, sendo o montante de R\$278.162 em 31 de março de 2023. Eventual alteração no regulamento ou na estrutura dos fundos de investimentos, devem ser alinhados e aprovados pela CTEEP.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

A participação de acionistas não controladores é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido e estão destacadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2)/IAS 28, 19 (R2)/IFRS 11 e 36 (R3)/IFRS 10 e possuem acordo de acionistas que define o controle compartilhado.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as participações nas controladas em conjunto, se apresentavam da seguinte forma:

	<u>Data base das informações trimestrais</u>	<u>Participação % 31.03.2023 e 31.12.2022</u>
<b>Controladas em conjunto</b>		
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.03.2023	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.03.2023	51
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (IEParaguaçu)	31.03.2023	50
Interligação Elétrica Aimorés S.A. (IEAimorés)	31.03.2023	50
Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí)	31.03.2023	50

### 3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as principais práticas contábeis constantes nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2022, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais – ITR, as quais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações.

### 4 Normas e interpretações novas e revisadas

#### 4.1 Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS / IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	IAS 12	01.01.2023



## Notas Explicativas

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 4.2 Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

## 5 Ativos da concessão

### 5.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
<b>Ativo financeiro</b>				
Serviços de O&M (i)	213.041	220.045	264.108	270.155
<b>Ativo contratual</b>				
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (ii)	9.737.966	9.738.366	9.737.966	9.738.366
Implementação da infraestrutura (iii)	8.667.123	8.156.999	14.528.299	13.850.451
	18.405.089	17.895.365	24.266.265	23.588.817
	<b>18.618.130</b>	<b>18.115.410</b>	<b>24.530.373</b>	<b>23.858.972</b>
Circulante	<b>2.674.837</b>	<b>2.536.251</b>	<b>3.163.797</b>	<b>3.030.059</b>
Não circulante	<b>15.943.293</b>	<b>15.579.159</b>	<b>21.366.576</b>	<b>20.828.913</b>

- (i) **O&M - Operação e Manutenção** refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (ii) **Contas a receber Lei nº 12.783** – valores a receber relativos aos investimentos do contrato de concessão nº 059/2001 que foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783 cujo direito de recebimento foi subdividido em SE e NI:

#### Instalações NI

A indenização referente às instalações do NI foi recebida, parte a vista e parte parcelada, via repasses efetuados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre as parcelas remanescentes existem discussões judiciais quanto à forma de atualização (vide nota 14.1.4.2).

#### Instalações SE

Os valores a receber referentes às instalações do SE apresentam características específicas tendo em vista as condições da renovação, previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, sendo tratado como um ativo contratual segregado dos demais ativos da Companhia. O fluxo de caixa futuro do RBSE é composto por: (i) parcela referente ao custo de capital próprio (Ke) (componente financeiro); e

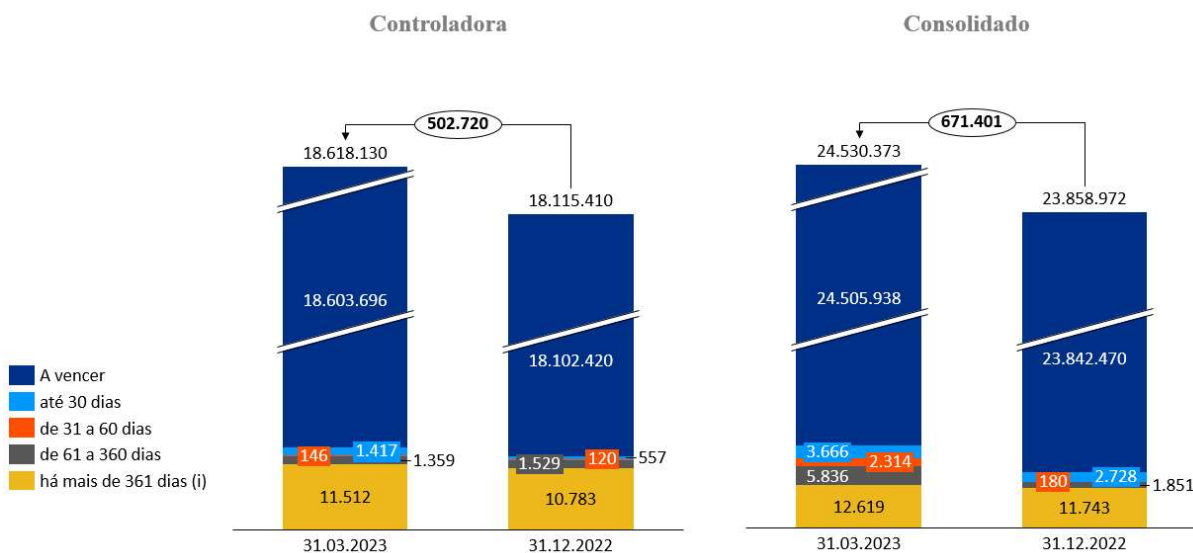
## Notas Explicativas

(ii) parcela referente à base de remuneração (componente econômico), que possuem prazos de realização distintos, cujos valores foram remensurados em junho de 2020, em conformidade com a Revisão Tarifária Periódica definida na Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020, que incluiu as parcelas de Ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020.

No ciclo 2020/2021 os valores foram recebidos conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.714. Em 22 de abril de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória nº 2.851 reconhecendo o direito pelo Ke real e alterando do fluxo de pagamentos referente ao componente financeiro do RBSE, que vem sendo mantido desde julho de 2021 (nota 1.2).

- (iii) **Implementação da infraestrutura** – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

## 5.2 Distribuição por vencimento



A distribuição dos valores a vencer e vencidos demonstrados no gráfico acima apresentam escalas desproporcionais devido a imaterialidade dos valores vencidos em relação ao saldo total.

- (i) Alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores são depositados judicialmente por estes agentes e estão classificados como contas a receber de longo prazo. A Companhia efetuou o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

## Notas Explicativas

### 5.3 Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>18.115.410</b>	<b>23.858.972</b>
Receita de infraestrutura (nota 16.1)	412.655	505.302
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 16.1)	38.945	39.076
Remuneração dos ativos da concessão (nota 16.1)	680.231	867.430
Receita de operação e manutenção (nota 16.1)	319.140	346.499
Recebimentos	(948.251)	(1.086.906)
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>18.618.130</b>	<b>24.530.373</b>

### 6 Endividamento líquido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.03.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Debêntures	6.617.268	5.894.068	6.617.268	5.894.068
Empréstimos e financiamentos	2.005.120	1.968.725	2.123.657	2.090.661
Arrendamento	51.091	54.613	53.384	56.968
<b>Dívida bruta</b>	<b>8.673.479</b>	<b>7.917.406</b>	<b>8.794.309</b>	<b>8.041.697</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.332.562	327.065	1.484.897	336.523
Aplicações financeiras	19.495	462.256	323.338	907.326
<b>Deduções</b>	<b>1.352.057</b>	<b>789.321</b>	<b>1.808.235</b>	<b>1.243.849</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>7.321.422</b>	<b>7.128.085</b>	<b>6.986.074</b>	<b>6.797.848</b>

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não se financiam por meio de transações “forfait”, “confirming”, “reverse factoring”, “payables finance”, “supplier finance program obligations”, “risco sacado” ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores.

**Notas Explicativas****6.1 Debêntures****6.1.1 Composição**

Emissão	Quantidade de títulos	Green Bonds	Valor total	Data de Emissão	Vencimento	Finalidade	Custos de Captação	Encargos	TIR a.a.	Forma de pagamento	Indicadores Financeiros	Controladora e Consolidado	
												31.03.2023	31.12.2022
												Total	Total
5ª - Série Única	300.000	-	300.000	15.02.2017	15.02.2024	Investimento em Reforços	7.397	IPCA + 5,04%	6,9%	Juros Anuais e Principal Bullet	Dívida líquida/EBITDA < 3,5 e EBITDA / Resultado Financeiro > 2,0	402.047	408.151
7ª - Série Única	621.000	✓	621.000	15.04.2018	15.04.2025	Investimento em Projetos Greenfield	17.123	IPCA + 4,70%	6,5%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	831.118	804.803
8ª - Série Única	409.325	✓	409.325	15.12.2019	15.12.2029	Investimento em Projetos Greenfield	21.473	IPCA + 3,50%	5,6%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	495.732	484.568
9ª - Primeira Série	800.000	-	800.000	15.11.2020	15.11.2028	Working Capital	6.728	CDI + 2,83%	8,3%	Juros Semestrais e Principal 6º, 7º e 8º anos	Não há	842.489	810.145
9ª - Segunda Série	800.000	✓	800.000	15.11.2020	15.05.2044	Investimento em Projetos Greenfield e Reforços	37.619	IPCA + 5,30%	9,6%	Juros e Principal Semestrais	Não há	883.244	853.959
10ª - Série Única	672.500	✓	672.500	15.02.2021	15.07.2044	Investimento em Projetos Greenfield	34.215	IPCA + 5,07%	9,0%	Juros e Principal Semestrais (a partir de 2024)	Não há	840.812	820.100
11ª - Primeira Série	668.833	✓	668.833	15.10.2021	15.10.2031	Investimento em Projetos Greenfield	23.945	IPCA + 5,77%	9,5%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	729.057	704.163
11ª - Segunda Série	281.167	✓	281.167	15.10.2021	15.10.2039	Investimento em Projetos Greenfield	16.739	IPCA + 5,86%	10,0%	Juros Semestrais e Principal no 16º, 17º e 18º anos	Não há	299.511	289.176
12ª - Série Única	700.000	-	700.000	15.04.2022	15.04.2029	Working Capital	2.147	CDI + 1,55%	13,5%	Juros Semestrais e Principal no 5º, 6º e 7º anos	Não há	745.363	719.003
13ª - Série Única	550.000	-	550.000	15.03.2023	15.03.2030	Working Capital	2.104	CDI + 1,50%	13,2%	Juros Semestrais e Principal Bullet	Não há	547.895	-
<b>Total</b>												<b>6.617.268</b>	<b>5.894.068</b>
<b>Circulante</b>												<b>577.160</b>	<b>88.833</b>
<b>Não Circulante</b>												<b>6.040.108</b>	<b>5.805.235</b>

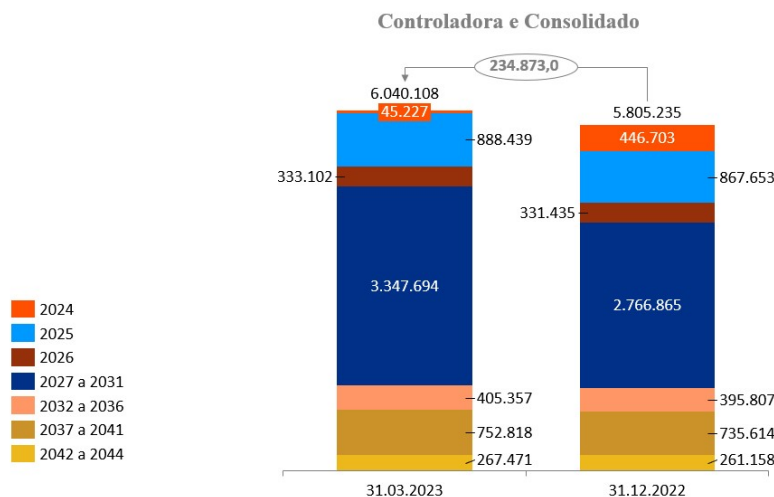
## Notas Explicativas

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“covenants”) estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

As debêntures não são conversíveis em ações. O montante de custos de emissão referentes às operações financeiras relacionadas, até 31 de março de 2023, totaliza R\$172.452. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados a partir de 31 de março de 2023 é de R\$134.707.

### 6.1.2 Distribuição por vencimento

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:



### 6.1.3 Movimentação

<b>Saldos em 31.12.2021</b>	<b>4.889.102</b>
Pagamentos de juros	(19.309)
Juros e variações monetárias	177.541
<b>Saldos em 31.03.2022</b>	<b>5.047.334</b>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>5.894.068</b>
Adição (*)	550.000
Custo de transação	(2.104)
Pagamentos de juros	(20.424)
Juros e variações monetárias	195.728
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>6.617.268</b>

(\*) Valores referente a 13ª emissão de Debêntures em março de 2023.

## Notas Explicativas

### 6.2 Empréstimos e financiamentos

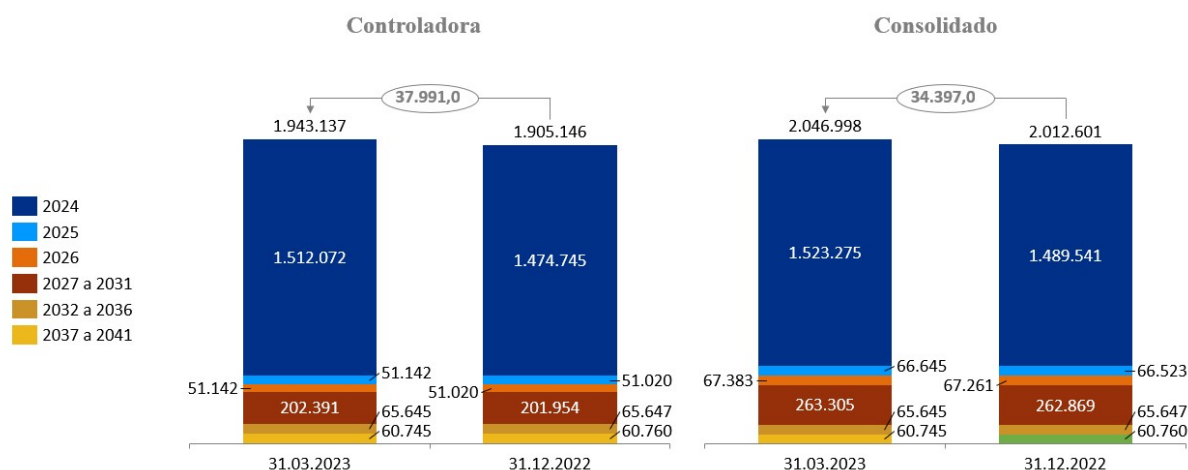
#### 6.2.1 Composição

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Controladora		Consolidado	
											31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
<b>BNDES</b>														
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	284.136	23.12.2013	TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimentos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,7	116.692	121.158	116.692	121.158
		105.231		3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024					8.517	11.069	8.517	11.069
		1.940		TJLP	6,17%	15.03.2029					28	26	28	26
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	272.521	08.08.2017	TJLP + 2,62%a.a.	7,04%	15.03.2032	Plano de Investimentos Plurianual 2016-2019	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,7	177.178	181.511	177.178	181.511
		1.378		TJLP	4,98%						35	32	35	32
Contrato 21.2.0416.1 (*)	CTEEP	567.400	23.01.2022	TLP + 2,01%	8,00%	15.12.2041	Plano de Investimentos Melhorias 2020-2022	Principal e Juros mensais a partir de 15 de julho de 2022	Cessão Fiduciária		228.954	232.054	228.954	232.054
8ª NP's	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI + 1,25%	4,35%	06.05.2024	-	Principal e Juros no final	-	-	1.473.716	1.422.875	1.473.716	1.422.875
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	-	118.537	121.936
<b>Total em moeda nacional</b>											<b>2.005.120</b>	<b>1.968.725</b>	<b>2.123.657</b>	<b>2.090.661</b>
<b>Circulante</b>											<b>61.983</b>	<b>63.579</b>	<b>76.659</b>	<b>78.060</b>
<b>Não Circulante</b>											<b>1.943.137</b>	<b>1.905.146</b>	<b>2.046.998</b>	<b>2.012.601</b>

(\*) Para fins de cálculo e comprovação dos indicadores financeiros conforme requerido nso contratos junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

## Notas Explicativas

### 6.2.2 Distribuição por vencimento



### 6.2.3 Movimentação

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31.12.2021</b>	<b>2.272.463</b>	<b>2.470.529</b>
Adições (i)	226.960	226.960
Custo de Transação	(2.837)	(2.837)
Pagamentos de principal	(12.294)	(28.770)
Pagamentos de juros	(23.404)	(27.395)
Juros e variações monetárias e cambiais	61.799	66.397
<b>Saldos em 31.03.2022</b>	<b>2.522.687</b>	<b>2.704.884</b>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>1.968.725</b>	<b>2.090.661</b>
Pagamentos de principal	(15.480)	(18.905)
Pagamentos de juros	(9.532)	(12.043)
Juros e variações monetárias e cambiais	61.407	63.944
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>2.005.120</b>	<b>2.123.657</b>

(i) Valor referente a entrada de empréstimos junto ao BNDES em 21 de março de 2022.

## Notas Explicativas

### 6.2.4 Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 31.03.2023	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IENNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	118.537	Penhor de ações/corporativa	118.537	19.05.2030
IE Madeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	261.778	Penhor de ações	133.507	10.01.2033
IE Madeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	776.890	Penhor de ações	396.214	15.02.2030
IE Madeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	322.902	Penhor de ações/corporativa	164.680	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	115.439	Penhor de ações	58.874	15.12.2028
IE Ivaí	50%	Itaú	Debêntures de infraestrutura	2.326.706	Penhor de Ações Fiança Corporativa	1.163.353	15.12.2043 15.01.2024

Além das garantias supracitadas, os contratos de financiamento entre as controladas e controladas em conjunto com os Bancos de Fomento (BNDES/BASA/BNB) exigem a constituição e manutenção de conta de reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três a seis vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica “outros” do ativo no Balanço Patrimonial no Consolidado no montante de R\$18.114 (R\$29.707 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como cláusulas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais.

Em 31 de março de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“*covenants*”), da controladora, controladas e controladas em conjunto.



## Notas Explicativas

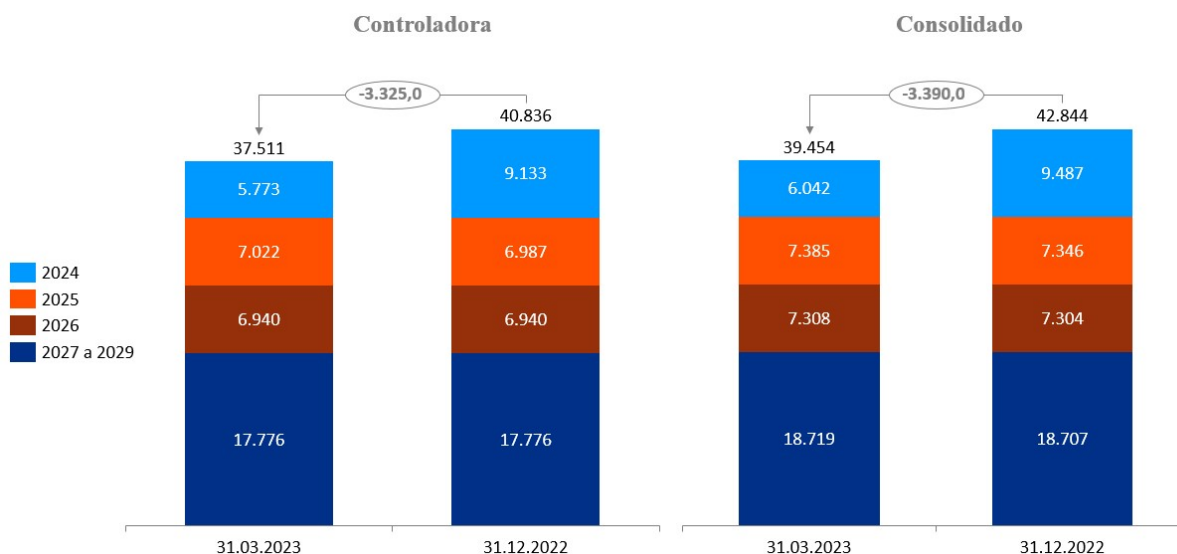
### 6.3 Arrendamentos

#### 6.3.1 Composição

Contrato	Valor Contratual	Data início	Taxa	Data Final	Forma de pagamento	Controladora		Consolidado	
						31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Arrendamento de veículos	19.715	15.03.2019	0,60%a.m.	14.03.2024	principal e juros mensais	7.231	9.645	7.231	9.645
Arrendamento de imóveis	43.652	01.06.2019	0,59%a.m.	30.06.2029	principal e juros mensais	43.860	44.968	46.153	47.323
<b>Total de arrendamento</b>						<b>51.091</b>	<b>54.613</b>	<b>53.384</b>	<b>56.968</b>
<b>Circulante</b>						<b>13.580</b>	<b>13.777</b>	<b>13.930</b>	<b>14.124</b>
<b>Não circulante</b>						<b>37.511</b>	<b>40.836</b>	<b>39.454</b>	<b>42.844</b>

## Notas Explicativas

### 6.3.2 Distribuição por vencimento



### 6.3.3 Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldos em 31.12.2021</b>	<b>55.269</b>	<b>56.916</b>
Adições	174	954
Juros	355	374
Pagamentos	(3.529)	(3.614)
<b>Saldos em 31.03.2022</b>	<b>52.269</b>	<b>54.630</b>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>54.613</b>	<b>56.968</b>
Adições	114	135
Juros	242	253
Pagamentos	(3.878)	(3.972)
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>51.091</b>	<b>53.384</b>

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) (IFRS 6) são de: (i) direito de uso de R\$6.343 na controladora e R\$6.645 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R\$6.963 na controladora e R\$7.148 no consolidado; (iii) depreciação de R\$266 na controladora e R\$279 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R\$181 na controladora e R\$195 no consolidado.

## Notas Explicativas

### 6.4 Caixa e equivalente de caixa

#### 6.4.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Caixa e bancos	22.448	8.912	24.169	11.100
Equivalentes de Caixa				
CDB / Compromissada (i)	1.310.114	318.153	1.460.728	325.423
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.332.562</b>	<b>327.065</b>	<b>1.484.897</b>	<b>336.523</b>

- (i) A rentabilidade média acumulada do 1T23 da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB)/Compromissada em CDI foi de 101,8% na Controladora e 101,7% no Consolidado

### 6.5 Aplicações financeiras

#### 6.5.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Fundo de Investimento Bandeirantes Referenciado DI	8.276	206.806	117.054	269.741
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	1.029	206.829	192.276	584.523
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	8.177	40.246	8.177	39.483
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI	2.013	8.375	5.831	13.579
	<b>19.495</b>	<b>462.256</b>	<b>323.338</b>	<b>907.326</b>

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Coral (Referenciado DI Rubi incorporado pelo Renda Fixa Referenciado DI Coral).
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Renda Fixa Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special Renda Fixa Referenciado DI).
- Fundo de Investimento Assis Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI Renda Fixa Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC. A rentabilidade média acumulada em 31 de março de 2023

## Notas Explicativas

da carteira em CDI foi de 100,0% na Controladora e 75,8% no Consolidado e são consolidados conforme descrito na nota 2.5.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 22.4.

**Notas Explicativas****7 Investimentos****7.1 Movimentação dos investimentos**

	<b>Controladora</b>						
	<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>Integralização de capital</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Realização de aquisição de controle</b>	<b>Ajuste de instrumento financeiro</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Saldos em 31.03.2023</b>
IESerra do Japi	417.470	7.500	15.702	-	-	-	440.672
IEMG (*)	382.018	43.800	1.964	353	-	-	428.135
IENNE	366.744	-	13.886	-	-	-	380.630
IEPinheiros	61.416	1.200	3.910	-	-	-	66.526
Evrecy (*)	270.046	29.250	(5.426)	(622)	-	-	293.248
IEItaúnas	501.602	6.550	2.863	-	-	-	511.015
IETibagi	241.535	-	9.983	-	-	-	251.518
IEItaquerê	553.667	-	24.071	-	-	-	577.738
IEItapura	177.686	-	6.531	-	-	-	184.217
IEAguapeí	631.454	-	17.677	-	-	-	649.131
IESul (*)	173.551	-	6.738	761	-	-	181.050
IEBiguaçu	433.438	-	24.684	-	-	-	458.122
IERiacho Grande	95.139	2.562	928	-	(5.664)	-	92.965
IEJaguar6	243.242	-	7.445	-	-	-	250.687
IEJaguar8	105.239	18.400	2.444	-	-	-	126.083
IEJaguar9	421.764	-	16.534	-	-	-	438.298
IEMadeira	1.902.465	-	70.198	-	-	-	1.972.663
IEGaranhuns	545.343	-	19.184	-	-	-	564.527
IEParaguaçu	551.304	-	19.067	-	-	(11.500)	558.871
IEAimorés	364.023	-	12.821	-	-	(34.300)	342.544
IEIvaí	431.558	-	72.075	-	-	-	503.633
<b>Total</b>	<b>8.870.704</b>	<b>109.262</b>	<b>343.279</b>	<b>492</b>	<b>(5.664)</b>	<b>(45.800)</b>	<b>9.272.273</b>

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

**Notas Explicativas**

	<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Consolidado Saldos em 31.03.2023</b>
IEMadeira	1.902.465	70.198	-	1.972.663
IEGaranhuns	545.343	19.184	-	564.527
IEParaguaçu	551.304	19.067	(11.500)	558.871
IEAimorés	364.023	12.821	(34.300)	342.544
IEIvaí	431.558	72.075	-	503.633
<b>Total</b>	<b>3.794.693</b>	<b>193.345</b>	<b>(45.800)</b>	<b>3.942.238</b>

## Notas Explicativas

### 7.2 Composição equivalência patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Equivalência patrimonial	343.279	243.866	193.345	127.909
*Realização de aquisição de controle	492	512	-	-
	<b>343.771</b>	<b>244.378</b>	<b>193.345</b>	<b>127.909</b>

(\*) Datas de aquisição de controle: IEMG (fevereiro de 2011); Evrecy (dezembro de 2012); IESUL (setembro de 2018); PBTE (março de 2021) e SF Energia (março de 2021).

## Notas Explicativas

### 7.3 Informações sobre investimentos em controladas

		Data base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
IESerra do Japi	Operacional	31.03.2023	89.985.000	100	89.985	493.687	53.015	440.672	-	19.707	15.702
		31.12.2022	44.394.000	100	44.394	476.923	59.453	417.470	-	89.458	76.366
IEMG	Operacional Parcial	31.03.2023	472.707.000	100	472.707	493.696	43.903	449.793	428.135	55.314	1.964
		31.12.2022	428.907.000	100	428.907	444.851	40.821	404.030	382.018	303.706	(33.587)
IENNE	Operacional	31.03.2023	338.984.000	100	338.984	536.666	156.036	380.630	-	21.303	13.886
		31.12.2022	338.984.000	100	338.984	526.224	159.480	366.744	-	73.710	47.018
IEPinheiros	Operacional	31.03.2023	20.885.000	100	20.885	83.426	16.900	66.526	-	5.688	3.910
		31.12.2022	29.606.000	100	29.606	76.300	14.884	61.416	-	94.321	76.191
Evrecy	Operacional Parcial	31.03.2023	331.190.000	100	331.190	314.287	26.850	287.437	293.248	30.991	(5.426)
		31.12.2022	301.940.000	100	301.940	289.887	26.274	263.613	270.046	196.916	(59.381)
IEItaúnas	Pré-Operacional	31.03.2023	340.859.000	100	340.859	551.912	40.897	511.015	-	9.385	2.863
		31.12.2022	334.309.000	100	334.309	542.309	40.707	501.602	-	119.693	28.471
IETibagi	Operacional	31.03.2023	180.869.000	100	180.869	289.551	38.033	251.518	-	11.818	9.983
		31.12.2022	180.869.000	100	180.869	278.951	37.416	241.535	-	50.633	23.658
IEItaquerê	Operacional	31.03.2023	206.096.000	100	206.096	667.036	89.298	577.738	-	26.421	24.071
		31.12.2022	206.096.000	100	206.096	642.225	88.558	553.667	-	88.469	72.838
IEItapura	Operacional	31.03.2023	106.137.000	100	106.137	198.527	14.310	184.217	-	9.394	6.531
		31.12.2022	86.284.000	100	86.284	191.587	13.901	177.686	-	39.484	31.585

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.



## Notas Explicativas

(Continuação)

		Data base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
IEAguapeí	Operacional	31.03.2023	351.108.000	100	351.108	738.136	89.005	649.131	-	32.783	17.677
		31.12.2022	351.108.000	100	351.108	710.040	78.586	631.454	-	121.965	107.687
IESul	Operacional	31.03.2023	220.660.000	100	220.660	258.848	30.352	228.496	181.050	9.711	6.738
		31.12.2022	220.660.000	100	220.660	252.086	30.329	221.757	173.551	30.331	14.821
IEBiguaçu	Operacional	31.03.2023	415.551.000	100	415.551	531.159	73.037	458.122	-	20.962	24.684
		31.12.2022	415.551.000	100	415.551	516.513	83.075	433.438	-	185.668	42.603
IE Riacho Grande	Pré-Operacional	31.03.2023	107.712.000	100	107.712	111.657	18.692	92.965	-	4.521	928
		31.12.2022	105.150.000	100	105.150	107.140	12.001	95.139	-	48.958	(876)
IEJaguar6	Operacional	31.03.2023	159.865.000	100	159.865	265.248	14.561	250.687	-	7.982	7.445
		31.12.2022	196.164.000	100	196.164	257.637	14.395	243.242	-	2.439	2.158
IEJaguar8	Operacional Parcial	31.03.2023	68.058.000	100	68.058	135.507	9.424	126.083	-	22.769	2.444
		31.12.2022	46.934.000	100	46.934	112.810	7.571	105.239	-	2.407	2.228
IEJaguar9	Operacional	31.03.2023	202.438.000	100	202.438	487.255	48.957	438.298	-	18.735	16.534
		31.12.2022	194.097.000	100	194.097	469.054	47.290	421.764	-	12.471	9.638

(\*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição

## Notas Explicativas

### 7.4 Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	31.03.2023					31.12.2022				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	44	3.345	45.755	15.658	88.128	35	3.399	37.487	66.037	46.301
Aplicações financeiras	245.364	37.285	-	-	53	217.120	41.207	-	-	100.702
Ativo da concessão	649.462	148.876	135.165	87.046	325.714	639.607	107.539	133.070	85.697	281.029
Outros ativos	31.303	7.425	24.006	22.230	57.347	74.509	20.719	20.687	13.859	39.580
Ativo não circulante										
Ativo da concessão	6.172.535	1.307.065	1.457.814	923.915	3.833.373	6.108.840	1.247.419	1.434.985	909.397	3.343.385
Outros ativos não circulantes	135.287	64.694	13.464	8.491	276.529	142.303	18.177	13.878	4.448	4.210
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	156.505	15.687	-	-	-	156.071	28.583	-	-	-
Debêntures	48.814	-	-	-	116.964	67.669	-	-	-	213.888
Outros passivos	395.918	14.359	95.821	65.472	297.106	410.926	14.920	92.388	61.332	61.803
Passivos não circulante										
Empréstimos e financiamentos	882.163	98.069	-	-	-	913.773	93.289	-	-	-
Debêntures	274.088	-	-	-	2.209.742	315.056	-	-	-	2.046.110
Outros passivos	1.608.540	333.659	462.640	306.780	950.067	1.588.596	232.367	445.110	290.060	630.290
Patrimônio líquido	3.867.967	1.106.916	1.117.743	685.088	1.007.265	3.730.323	1.069.301	1.102.609	728.046	863.116
	31.03.2023					31.03.2022				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Receita operacional líquida	228.844	72.585	57.864	37.963	533.285	259.706	44.509	83.553	33.912	202.741
Custos de infraestrutura e O&M	(8.442)	(23.482)	27	27	(248.234)	(5.780)	(7.170)	(35.626)	(11.574)	(93.624)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e Administrativas	(22.328)	(4.173)	(1.533)	(946)	(5.282)	(6.202)	(3.856)	(577)	(437)	(1.314)
Resultado financeiro	(33.495)	(912)	1.411	1.810	(63.965)	(36.816)	(1.865)	737	853	(80.409)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	-	-	-	-	436	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(26.943)	(6.403)	(19.635)	(13.213)	(71.654)	(51.980)	(3.881)	(16.290)	(7.660)	(9.305)
Lucro líquido	137.646	37.615	38.134	25.641	144.150	159.364	27.737	31.797	15.094	18.089
Participação acionária CTEEP (%)	51%	51%	50%	50%	50%	51%	51%	50%	50%	50%

## Notas Explicativas

## 7.5 Informações operacionais das controladas e controladas em conjunto

Contratos operacionais								
Empresa	Constituição	Contrato	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada (MVA)	Linhas de transmissão	Extensão de linhas (KM)	Região
IESerra do Japi	01.07.2009	026/2009	2011	Jandira e Salto	2.000	-	-	São Paulo
IEMG	13.12.2006	004/2007	2008	-	-	Neves 1 – Mesquita	173	Minas Gerais
IENNE	03.12.2007	001/2008	2010	-	-	Colinas - Ribeiro Gonçalves - C2Ribeiro Gonçalves - São João Do Piauí - C2	711	Maranhão, Piauí e Tocantins
IEPinheiros	22.07.2008	018/2008	2010	Atibaia II	400	-	-	São Paulo
Evrecy	14.11.2006	020/2008	2008	Aimorés, Mascarenhas	450	Aimores-Se - U. Mascarenhas - C1, Aimores - Conselheiro Pena - C1, Conselheiro Pena - Governador Valadares 6 - C1, Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2 - C1	163	Espírito Santo e Minas Gerais
IESul	23.07.2008	016/2008 013/2008	2010	Forquilha, Scharlau 2	900	Curitiba - Joinville Norte - C2- Jorge Lacerda B - Tubarão Sul - C1 Tubarão Sul - Siderópolis - C1 e Nova Santa Rita - Scharlau - C1 E C2	179	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
IEItaquere	11.04.2017	027/2017	2020	SE Araraquara 2 - 3 x Compensadores Sincronos 500 kV - (-180/+300) Mvar	900	-	-	São Paulo
IETibagi	11.04.2017	026/2017	2020	Rosana	500	Nova Porto Primavera – Rosana C1 e C2	17	São Paulo e Paraná
IEAguapei	11.04.2017	046/2017	2021	Baguaçu e Alta Paulista	1.400	Marechal Rondon – Taquaruçu e Ilha Solteira – Bauru C1/C2	-	São Paulo
IEItapura	11.04.2017	021/2018 021/2011	2021 2013	Lorena Itapeti	2.000	- -	-	São Paulo
IETibagi (*)	11.04.2017	006/2020	2022	-	500	Ilha Solteira - Três Irmãos C2	37	Mato Grosso do Sul e São Paulo
IEBiguaçu (**)	06.07.2018	018/2017 143/2001	2022 2004	Ratones -	300 -	- Botucatu – Chavantes C4	54 137	Santa Catarina São Paulo
IEJaguar 6	19.11.2018	042/2017	2019	Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250) Mvar	250	-	-	São Paulo
IEJaguar 8	19.11.2018	012/2008	2010	Piratininga II	1.200	Interlagos – Piratininga II	1	São Paulo
IEJaguar 9	19.11.2018	015/2008 013/2009	2010	Mirassol II, Getulina, Araras	2.100	-	-	São Paulo
IEMadeira	18.12.2008	015/2009	2013	Estação retificadora Porto Velho e inversora Araraquara	7.464	Porto Velho – Araraquara II	2.385	Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo
IEGaranhuns	07.10.2011	022/2011	2015	Garanhuns II e Pau Ferro	2.100	Luiz Gonzaga – Garanhuns, Garanhuns – Pau Ferro, Garanhuns – Campina Grande III, Garanhuns – Angelim, Angelim I	633	Paraíba, Pernambuco e Alagoas
IEAimorés	18.11.2016	004/2017	2022	-	-	Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6 C2	208	Minas Gerais
IEParaguaçu	18.11.2016	003/2017	2022	-	-	Poçoões III – Padre Paraíso 2 C2	338	Bahia e Minas Gerais
IEIvaí (***)	17.05.2017	022/2017	2022	Guaira, Sarandi e Paranavai Norte	2.988	Guaira – Sarandi, Foz do Iguaçu – Guaira, Londrina – Sarandi, Sarandi – Paranavai Norte	589	Paraná
IEItaúnas (***)	13.01.2017	018/2017	2023	João Neiva 2	1.200	Viana 2 – João Neiva 2	79	Espírito Santo

## Notas Explicativas

(\*) TrêsLagoas (006/2020): entrou em operação comercial em 08 de junho de 2022, com antecipação de quatorze meses em relação à estimativa da ANEEL. Empreendimento de circuito duplo.

(\*\*) IEBiguaçu: entrou em operação comercial em 02 de setembro de 2022, com antecipação de um ano em relação à estimativa da ANEEL.

(\*\*\*) IEIvai: entrou em operação parcial em novembro de 2022. Empreendimento de circuito duplo.

(\*\*\*\*) IEItaúnas: entrou em operação parcial em março de 2023.

### Contratos pré-operacionais

Empresa	Constituição	Contrato	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada (MVA)	Linhas de transmissão	Extensão de linhas (KM)	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
Evrecy	19.12.2019	001/2020	60 meses	Caxias Norte	2.700	Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro	169	Rio Grande do Sul	R\$ 681.550	20.03.2020
IEMG	19.12.2019	007/2020	60 meses	Nova Ponte Araxá 3 Uberlândia 10 e Monte Alegre de Minas 2	1.600	Nova Ponte - Araxá 3 Nova Ponte - Uberlândia 10	173	Minas Gerais	R\$ 553.567	20.03.2020
IERiacho Grande	17.12.2020	005/2021	60 meses	São Caetano do Sul	800	Miguel Reale - São Caetano do Sul, C1/C2; Sul - São Caetano do Sul, C1/C2; Trechos LT entre SE Sul - LT Ibiuna - Tijuco Preto C2.	63	São Paulo	R\$ 1.140.629	31.03.2021
IEJaguar 8 (projeto Jacarandá)	19.11.2018	011/2022	42 meses	SE 440/88 kV Água Azul - novo pátio de 88 kV e transformação 440/88 kV	600 MVA	-	-	São Paulo	R\$ 232.292	30.09.2022

(\*) Prazo para a entrada em operação a partir da data de assinatura do contrato, conforme estimativa da ANEEL.

(\*\*) Investimento conforme estimativa da ANEEL.

## Notas Explicativas

### 8 Impostos diferidos

#### 8.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.266.806	4.184.419	4.445.113	4.357.908
PIS diferido	301.442	293.186	339.245	329.927
COFINS diferido	1.388.462	1.350.434	1.562.937	1.519.961
	1.689.904	1.643.620	1.902.182	1.849.888
	<b>5.956.710</b>	<b>5.828.039</b>	<b>6.347.295</b>	<b>6.207.796</b>

#### 8.2 PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 8.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Contas a receber Lei nº 12.783 – SE (i)	(1.666.157)	(1.714.735)	(1.666.157)	(1.714.735)
Ajustes IFRS (ICPC 01 (R1) e CPC 47) (ii)	(2.812.700)	(2.738.197)	(2.990.701)	(2.911.560)
Impostos diferidos - Aquisição SF Energia (iii)	(48.203)	(51.566)	(48.203)	(51.566)
Provisão valores a receber Secretaria da Fazenda (nota 9)	175.527	175.527	175.527	175.527
Provisão para demandas judiciais	39.731	40.171	39.731	40.171
Provisão benefícios pós emprego	53.153	52.304	53.153	52.304
Demais diferenças temporárias	(8.157)	52.077	(8.463)	51.951
<b>Total líquido</b>	<b>(4.266.806)</b>	<b>(4.184.419)</b>	<b>(4.445.113)</b>	<b>(4.357.908)</b>

- (i) Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a remuneração dos ativos da concessão referente as instalações do SE, que serão incorporados à base de tributação a medida do efetivo recebimento.
- (ii) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47 (IFRS 15)) reconhecidos por competência, que são oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.
- (iii) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da SF Energia Participações. Os valores do imposto de renda e contribuição social referem-se ao ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição das ações da PBTE pela SF Energia Participações ocorrida em 12 de abril de 2019, anterior a aquisição pela Companhia. A partir da incorporação da SF Energia pela Companhia este valor será amortizado pelo prazo de cinco anos.

## Notas Explicativas

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

### 9 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

#### 9.1 Composição

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31.03.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (i)	2.425.561	2.384.441
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (ii)	310.078	307.314
Perdas esperadas sobre realização de créditos (iii)	(516.255)	(516.255)
	<b>2.219.384</b>	<b>2.175.500</b>

- (i) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2023. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Vivest (antiga Funcesp) para processamento do pagamento aos aposentados.
- (ii) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (iii) A perda esperada foi constituída em 30 de setembro de 2013 e teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. A Companhia monitora a evolução do tema e revisa a perda esperada periodicamente avaliando a necessidade de complementação ou reversão da provisão conforme eventos jurídicos que eventualmente alterem a opinião de seus assessores. Até 31 de março de 2023, não ocorreram eventos que indicassem necessidade de alteração da perda esperada (*impairment*).

#### 9.2 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1999.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Vivest (Fundação CESP), mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Companhia. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente os pagamentos dos benefícios, sem a interveniência da CTEEP e da Vivest (Fundação CESP), em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

- (a) Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública

A alteração na forma de pagamento pela SEFAZ gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública. Com a decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido, permitindo o processamento da folha e pagamentos das aposentadorias e pensões da Lei nº 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Associação dos Aposentados da Funcesp – AAFC, que representa os aposentados e pensionistas, interpôs recurso de apelação contra a decisão e insurgiu-se contra a competência da Justiça Comum. Em 24 de novembro de 2015 transitou em julgado a decisão do STF que

## Notas Explicativas

estabeleceu a competência da Justiça Comum para a discussão desta ação.

Assim, em 27 de junho de 2016, foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso de Apelação da AAFC esclarecendo que a liminar, obtida na justiça trabalhista (vide item “b” abaixo) deveria ser mantida até o julgamento do mérito do recurso.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Civil Pública passou a tramitar em conjunto com a Ação Coletiva, cujo andamento segue reportado no item (b.(i)) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

- (b) Ação Coletiva em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública/SP (antiga Reclamação Trabalhista que tramitou na 49ª Vara do Trabalho)

Trata-se de ação coletiva distribuída, pela AAFC simultaneamente à sentença da Ação Civil Pública acima, desta vez, entretanto, perante a Justiça do Trabalho em caso individual que já possuía tutela antecipada. Em 11 de julho de 2005 foi deferida a concessão de tutela antecipada para que a Vivest (Fundação CESP) voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, figurando a Companhia como intermediária entre SEFAZ-SP e Vivest (Fundação CESP).

Atualmente a Ação Civil Pública e a presente Ação Coletiva tramitam apensadas na Justiça Comum por força de decisão obtida pela Companhia em conflito de competência perante o STF.

Por força da decisão do Conflito de Competência mencionado acima, a Ação Coletiva foi recebida na 2ª Vara da Fazenda Pública em 20 de maio de 2016 e, no dia 30 de maio de 2016, foi proferida sentença cassando a liminar que obrigava a Companhia no pagamento das parcelas mensais, extinguindo-se os pedidos inerentes ao processamento da folha e, julgando improcedente o pedido de ressarcimento de eventuais diferenças devidas aos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58.

A SEFAZ-SP retomou a folha de pagamento a partir de junho de 2016, contudo, após interposição de Recurso de Apelação, a AAFC requereu ao TJ/SP atribuição de efeito suspensivo ao recurso, o que foi concedido em 27 de junho de 2016.

Após manifestação das partes, em 22 de julho de 2016, foi proferida nova decisão esclarecendo que a liminar trabalhista deve ser mantida até que seja proferida decisão no recurso da AAFC.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Coletiva passou a tramitar em conjunto com a Ação Civil Pública, cujo andamento segue reportado no item (b.1) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

- (i) Andamento da Ação Civil Pública e Ação Coletiva (itens a e b)

O TJ/SP, em julgamento realizado em 2 de agosto de 2017, por decisão unânime confirmou a sentença de improcedência, condenou a AAFC por litigância de má fé e revogou a liminar.

Cumprindo a decisão unânime acima, a SEFAZ enviou ofício em 8 de agosto para a Companhia informando a assunção da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58 a partir de agosto de 2017. A AAFC interpôs Recursos contra a decisão unânime do TJ/SP, sendo um recurso especial para o STJ e um recurso extraordinário para o STF, ambos com pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão unânime do TJ/SP.

O TJ/SP, em 18 de outubro de 2017 e, o STJ, em 31 de outubro de 2017, negaram a liminar pleiteada pela AAFC. Contudo, o STF concedeu a liminar suspendendo os efeitos do acórdão proferido pelo TJ/SP e mandando que as requeridas procedam como faziam antes do julgamento do tema pelo TJ/SP e até que o STF analise o mérito da questão.

Em razão da liminar, a SEFAZ determinou o processamento da folha pela Vivest (Fundação CESP) a partir de dezembro de 2017.

Em abril de 2020 o STJ não conheceu os Recursos Especiais da AAFC, que apresentou novo recurso. A Ministra



## Notas Explicativas

Relatora do STJ reconheceu a necessidade do STF analisar a discussão judicial antes do STJ para evitar decisões conflitantes e determinou a remessa imediata do processo para o STF julgar os Recursos Extraordinários da AAFC.

Em 26 de dezembro de 2020 foi proferida decisão monocrática pelo Ministro Relator do STF na Ação Civil Pública confirmando a liminar, publicada em 08 de janeiro de 2021, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Em 13 de setembro de 2021 o STF proferiu na Ação Coletiva decisão monocrática desfavorável à Companhia, nos mesmos moldes da decisão proferida em 26 de dezembro de 2020 na Ação Civil Pública, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

### (c) Ações individuais e plúrimas em trâmite na Justiça de Trabalho e na Justiça Estadual

A Companhia também discute o tema em 776 ações judiciais individuais e plúrimas com valor total envolvido da ordem de R\$526.550 e caso seja condenada, segundo análise da própria Companhia e de seus consultores externos, eventuais valores pagos serão futuramente cobrados da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e, adicionalmente, contabilizados em “contas a receber”.

### (d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Companhia, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho, citada no item “(b)” acima.

Por força dessa decisão, a Companhia repassou à Vivest (Fundação CESP) no período de janeiro de 2005 a março de 2023, o valor de R\$6.472.714 pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$4.047.153 para a mesma finalidade. A diferença entre os valores repassados à Vivest (Fundação CESP) e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$2.425.561 (nota 9.1 (i)), tem sido requerida pela Companhia para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade da SEFAZ-SP, no montante de R\$310.078 (nota 9.1 (ii)), perfazendo um total de R\$2.735.639.

Em dezembro de 2010, a Companhia ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores não recebidos. Em maio de 2013, houve decisão no sentido de extinguir o processo sem analisar seu mérito, o que foi mantido pelo TJ/SP em julgamento de dezembro de 2014.

A Companhia apresentou recurso e, em 31 de agosto de 2015, o TJ/SP deu provimento ao recurso da Companhia e condenou a SEFAZ-SP a efetuar os repasses da complementação de aposentadoria e pensão nos termos dos ajustes firmados com a Companhia e das leis de regência, com exceção das verbas glosadas.

Pretendendo que as verbas glosadas sejam incorporadas à decisão, a Companhia apresentou novo recurso para esclarecimentos, o que foi acolhido pelo TJ/SP em julgamento de 1 de fevereiro de 2016, que manteve a decisão de 31 de agosto de 2015 e determinou a aferição, na fase de acerto, dos valores pendentes de repasse pela SEFAZ-SP.

A SEFAZ-SP, em 7 de março de 2016, apresentou recurso que foi rejeitado em julgamento ocorrido em 4 de julho de 2016, mantendo-se a condenação da SEFAZ-SP que apresentou novo recurso especial também rejeitado pelo TJ/SP em 5 de junho de 2017.

Após o Recurso Especial não ser admitido pelo Tribunal de Justiça/SP a SEFAZ apresentou novo recurso que aguarda análise pelo STJ.

Em agosto de 2018, a Companhia obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março de 2019, o STJ, em decisão liminar e monocrática suspendeu os efeitos da decisão que proibia a SEFAZ de efetuar descontos no repasse à Companhia, que voltou a receber o repasse com as glosas e a complementar o valor do pagamento desde abril de 2019. O recurso foi incluído na pauta de julgamento do dia 03 de setembro de 2019, contudo foi adiado sem data designada.



## Notas Explicativas

As demais movimentações processuais ocorridas não envolviam ou alteraram o mérito da decisão vigente. A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

### Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Companhia reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos ocorridos até 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Companhia reconheceu, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber da SEFAZ-SP, principalmente em função da expectativa do prazo de realização, à época, e de ainda não terem sido contemplados como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP. Apesar dos desdobramentos ocorridos posteriormente ao reconhecimento da referida provisão, a Companhia ainda considera adequado o valor atualmente provisionado, não tendo havido, até o momento, qualquer evento relevante que pudesse suscitar uma eventual revisão desse montante.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

## 10 Imobilizado e Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Imobilizado	114.131	112.328	116.665	114.932
Intangível	530.926	539.412	467.812	475.858
	<b>645.057</b>	<b>651.740</b>	<b>584.477</b>	<b>590.790</b>

## Notas Explicativas

### 10.1 Imobilizado

#### 10.1.1 Composição

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	<b>Controladora</b>				<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>
	<b>31.03.2023</b>		<b>31.12.2022</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações	1.246	(972)	274	277	3,44%
Arrendamento de imóveis (i)	63.331	(21.054)	42.277	43.886	10,80%
Máquinas e equipamentos	21.473	(4.688)	16.785	14.940	6,42%
Móveis e utensílios	13.472	(7.624)	5.848	5.979	6,24%
Equipamentos de informática	28.919	(18.777)	10.142	10.877	16,66%
Veículos	12.036	(10.540)	1.496	1.574	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	36.935	(30.062)	6.873	8.774	36,06%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.828	(3.526)	8.302	8.680	12,79%
Imobilizado em andamento	20.074	-	20.074	15.281	-
	<b>211.374</b>	<b>(97.243)</b>	<b>114.131</b>	<b>112.328</b>	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

	<b>Consolidado</b>				<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>
	<b>31.03.2023</b>		<b>31.12.2022</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações	1.246	(972)	274	277	3,44%
Arrendamento de imóveis (i)	66.401	(21.901)	44.500	46.177	10,80%
Máquinas e equipamentos	21.549	(4.703)	16.846	15.002	6,42%
Móveis e utensílios	13.483	(7.628)	5.855	5.986	6,24%
Equipamentos de informática	29.040	(18.831)	10.209	10.948	16,66%
Veículos	12.036	(10.540)	1.496	1.573	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	37.197	(30.325)	6.872	8.773	36,06%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.828	(3.526)	8.302	8.680	12,79%
Imobilizado em andamento	20.251	-	20.251	15.456	-
	<b>215.091</b>	<b>(98.426)</b>	<b>116.665</b>	<b>114.932</b>	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

## Notas Explicativas

### 10.1.2 Movimentação

<b>Controladora</b>						
	<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldos em 31.03.2023</b>
Terrenos	2.060	-	-	-	-	2.060
Edificações	277	-	(3)	-	-	274
Arrendamento de imóveis	43.886	114	(1.723)	-	-	42.277
Máquinas e equipamentos	14.940	-	(313)	-	2.158	16.785
Móveis e utensílios	5.979	-	(129)	(2)	-	5.848
Equipamentos de informática	10.877	-	(785)	-	50	10.142
Veículos	1.574	-	(78)	-	-	1.496
Arrendamento de veículos	8.774	-	(1.901)	-	-	6.873
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.680	-	(378)	-	-	8.302
Imobilizado em andamento	15.281	7.001	-	-	(2.208)	20.074
	<b>112.328</b>	<b>7.115</b>	<b>(5.310)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>114.131</b>

<b>Consolidado</b>						
	<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldos em 31.03.2023</b>
Terrenos	2.060	-	-	-	-	2.060
Edificações	277	-	(3)	-	-	274
Arrendamento de imóveis	46.177	135	(1.812)	-	-	44.500
Máquinas e equipamentos	15.002	-	(314)	-	2.158	16.846
Móveis e utensílios	5.986	-	(129)	(2)	-	5.855
Equipamentos de informática	10.948	-	(788)	-	49	10.209
Veículos	1.573	-	(77)	-	-	1.496
Arrendamento de veículos	8.773	-	(1.901)	-	-	6.872
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.680	-	(378)	-	-	8.302
Imobilizado em andamento	15.456	7.002	-	-	(2.207)	20.251
	<b>114.932</b>	<b>7.137</b>	<b>(5.402)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>116.665</b>

## Notas Explicativas

### 10.2 Intangível

#### 10.2.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
ERP-SAP e softwares (i)	20.381	19.191	20.560	19.422
Ativo da concessão gerado na aquisição de controlada (ii)	510.545	520.221	447.252	456.436
	<b>530.926</b>	<b>539.412</b>	<b>467.812</b>	<b>475.858</b>

- (i) Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na atualização do ERP-SAP e direito de uso de softwares, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.
- (ii) Refere-se aos intangíveis da concessão, apurados conforme laudos elaborados por consultoria independente, gerados nas aquisições das controladas Evrecy, IEMG, IESul, PBTE e SF Energia que têm como fundamento econômico a perspectiva obtenção de benefício econômico futuro advindo dos contratos de concessão das empresas adquiridas, durante o prazo de exploração das respectivas concessões, amortizados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos de concessão das controladas, conforme determinado no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Sendo, Evrecy contrato 020/2008, IEMG contrato 004/2007, IESul contratos 013/2008 e 016/2008 e PBTE contrato 012/2016 (incorporado pela Companhia) conforme vencimentos descritos na nota 1.2.

#### 10.2.2 Movimentação

	Controladora				Saldos em 31.03.2023
	Saldos em 31.12.2022	Adições	Amortização/ Realização (**)	Transferências	
Software	3.091	-	(309)	287	3.069
Licenças	5.347	-	(627)	358	5.078
Intangível em andamento	10.752	2.127	-	(645)	12.234
Intangíveis da concessão	520.222	-	(9.677)	-	510.545
	<b>539.412</b>	<b>2.127</b>	<b>(10.613)</b>	<b>-</b>	<b>530.926</b>

(\*\*) Realização de aquisição de controle SF Energia e PBTE

	Consolidado				Saldos em 31.03.2023
	Saldos em 31.12.2022	Adições	Amortização/ Realização (**)	Transferências	
Software	3.112	-	(316)	287	3.083
Licenças	5.569	-	(673)	358	5.254
Intangível em andamento	10.741	2.127	-	(645)	12.223
Intangíveis da concessão	456.436	-	(9.184)	-	447.252
	<b>475.858</b>	<b>2.127</b>	<b>(10.173)</b>	<b>-</b>	<b>467.812</b>

(\*\*) Realização de aquisição de controle IEMG, Evrecy, IESul, SF Energia e PBTE.

## Notas Explicativas

### 11 Benefício Pós Emprego

#### 11.1 Plano de aposentadoria e pensão - PSAP/CTEEP

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a retirada do Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (“PSAP/CTEEP”). O processo de retirada do patrocínio se encontra suspenso em razão de liminar em ação judicial movida por sindicatos e uma associação. A Companhia está atuando para retomar os trâmites de governança da Vivest para posterior submissão à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A Companhia segue acompanhando a evolução da referida retirada de patrocínio, não sendo possível, em 31 de março de 2023, a mensuração de eventuais impactos adicionais nas informações trimestrais.

O PSAP/CTEEP abriga os seguintes subplanos:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) – (Plano “B”);
- Benefício definido (BD) – (Plano “B1”);
- Contribuição variável (CV) - (Plano “B1”).

O PSAP/CTEEP, regido pela Lei Complementar nº 109/2001 e administrado pela Vivest (antiga Funcesp), tem por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão por morte, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O PSAP/CTEEP originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 1 de setembro de 1999 e abrange a totalidade dos participantes transferidos para a Companhia. Em 1 de janeiro de 2004 houve a incorporação do PSAP/EPTE pelo PSAP/Transmissão, cuja denominação foi alterada a partir dessa data para PSAP/Transmissão Paulista e a partir de 1 de dezembro de 2014 alterado para PSAP/CTEEP.

O subplano chamado “BSPS” refere-se ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado decorrente do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CESP B, transferido para este Plano em 1º de setembro de 1999, e ao PSAP/Eletropaulo Alternativo, transferido para este Plano, a partir da incorporação do PSAP/EPTE ocorrida em 1 de janeiro de 2004 calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época.

O subplano “BD” define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e participantes, incidentes sobre 70% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial. Esse subplano proporciona benefícios de renda vitalícia de aposentadoria e pensão por morte para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social.

O subplano “CV” define contribuições voluntárias de participantes com contrapartida limitada da Companhia, incidentes sobre 30% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de proporcionar uma suplementação adicional nos casos de aposentadoria e pensão por morte. Na data de início de recebimento do benefício, o subplano de Contribuição Variável (CV) pode tornar-se de Benefício Definido (BD), caso a renda vitalícia seja escolhida pelo participante como forma de recebimento desta suplementação.

#### 11.2 Avaliação atuarial

Para a avaliação atuarial do PSAP/CTEEP, elaborada por atuário independente, foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Em 31 de março de 2023 o PSAP/CTEEP apresentava déficit atuarial, calculado em conformidade com metodologia prevista no CPC 33, de R\$156.332 (R\$153.836 em 31 de dezembro de 2022).

## Notas Explicativas

### 11.3 Contratos com a Vivest

A Companhia, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial existente no PSAP/CTEEP, em conformidade com a legislação vigente, formalizou instrumentos jurídicos com a VIVEST em 2022, na forma de contratos de confissão de dívida, os quais representam na prática, um compromisso da Companhia de garantir o fluxo futuro de pagamentos, na qualidade de patrocinadora dos planos, no valor total de R\$398.791, sendo:

- O primeiro contrato, firmado em 07 de março de 2022, no montante líquido de R\$11.193, apurado em 31 de dezembro de 2020, constante de Parecer Atuarial específico, corresponde à parcela da ISA CTEEP do déficit do subplano CV do PSAP/CTEEP. O prazo de amortização ficou estabelecido em 16,73 anos (201 meses).
- Em 26 de dezembro de 2022 dois novos contratos foram firmados, nos montantes líquidos de R\$372.761 e R\$14.837, apurados em 31 de dezembro de 2021, constantes de Parecer Atuarial específico, correspondentes às parcelas da ISA CTEEP dos déficits nos subplanos BSPS e CV do PSAP/CTEEP, respectivamente. Os prazos de amortização foram estabelecidos em 15,75 anos (189 meses) para o déficit do subplano BPSP e 17,60 anos (212 meses) para o déficit do subplano CV.

Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelo atuário independente e possuem cláusulas variáveis com revisão anual em função dos ganhos e/ou perdas atuariais verificados ao final de cada exercício fiscal, não se constituindo em novos passivos ou de natureza financeira. As diferenças observadas entre o passivo atuarial registrado para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 110/2022 e os saldos destes contratos em 31 de março de 2023 referem-se exclusivamente ao conjunto de premissas e à metodologia empregadas em cada apuração.

### 11.4 Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida ISA CTEEP – ISA CTEEP PREV

O ISA CTEEP PREV é um Plano do tipo Contribuição Definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 25 de janeiro de 2022, que passou a ser oferecido aos novos colaboradores da Companhia e àqueles que não puderam aderir ao PSAP/CTEEP em função da jóia de ingresso, a partir de 1º de fevereiro de 2022.

A contribuição básica de participante varia de acordo com o Salário Real de Benefício (SRC) com percentual máximo variando entre 4% até 9% do SRC. A contribuição básica de patrocinadora corresponde à 100% da contribuição básica de participante.

Todos os benefícios de renda mensal do Plano serão pagos na forma de renda calculada em quotas ou percentual, apurada a partir do saldo existente na Conta Total do Participante.

## 12 Tributos, encargos sociais e contribuições

### 12.1 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Imposto de renda antecipação	59.636	46.176	59.636	46.124
Contribuição social antecipação	30.084	21.826	30.084	21.826
Imposto de renda retido na fonte	2.572	2.579	5.299	4.798
Contribuição social retido na fonte	-	-	-	2
COFINS	27.532	26.254	27.538	26.260
PIS	5.977	5.700	5.978	5.701
Impostos parcelados a recuperar	4.796	4.682	4.796	4.682
Outros	5.296	4.715	5.639	4.842
	<b>135.893</b>	<b>111.932</b>	<b>138.970</b>	<b>114.235</b>

## Notas Explicativas

### 12.2 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Imposto de renda	73.698	-	77.194	2.998
Contribuição social	28.478	-	30.386	2.097
COFINS	32.158	33.883	33.703	35.346
PIS	6.648	7.013	6.982	7.331
INSS	7.306	7.253	8.269	9.218
ISS	1.915	1.670	2.977	3.425
FGTS	171	1.098	171	1.098
Imposto de renda retido na fonte	5.239	5.773	5.407	5.955
Imposto de renda sobre Juros sobre capital próprio	-	105.000	-	105.000
Outros	24.130	24.175	24.580	24.847
	<b>179.743</b>	<b>185.865</b>	<b>189.669</b>	<b>197.315</b>

### 13 Encargos regulatórios a recolher

#### 13.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	43.622	41.462	47.240	44.562
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	11.579	12.199	11.579	12.199
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (iii)	36.381	29.523	36.381	29.523
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	5.826	5.144	5.826	5.144
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	1	1
	<b>97.408</b>	<b>88.328</b>	<b>101.027</b>	<b>91.429</b>
<b>Circulante</b>	<b>68.879</b>	<b>62.338</b>	<b>69.876</b>	<b>63.287</b>
<b>Não circulante</b>	<b>28.529</b>	<b>25.990</b>	<b>31.151</b>	<b>28.142</b>

- (i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de março de 2023 soma R\$46.525 (R\$37.649 em 31 de dezembro de 2022) e está registrado na rubrica de outros ativos.
- (ii) Refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incide juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.



## Notas Explicativas

- (iii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar o repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

### 14 Provisões, contingências, cauções e depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Provisões	116.856	118.149	139.380	140.759
	<b>116.856</b>	<b>118.149</b>	<b>139.380</b>	<b>140.759</b>
Cauções e depósitos vinculados	41.740	41.271	41.756	41.298
	<b>41.740</b>	<b>41.271</b>	<b>41.756</b>	<b>41.298</b>
	<b>75.116</b>	<b>76.878</b>	<b>97.624</b>	<b>99.461</b>

#### 14.1 Provisões e Contingências

##### 14.1.1 Demandas judiciais e administrativas

As demandas judiciais e administrativas são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

##### 14.1.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.222	31.03.2023	31.12.222
Trabalhistas (i)	40.605	41.836	42.070	43.278
Cíveis (ii)	46.978	45.332	47.645	45.493
Tributárias – IPTU (iii)	27.094	26.075	27.094	26.075
Fundiárias (iv)	2.179	4.906	22.466	25.811
Outros	-	-	105	102
	<b>116.856</b>	<b>118.149</b>	<b>139.380</b>	<b>140.759</b>

##### (i) Trabalhistas

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. O saldo correspondente a estes depósitos em 31 de março de 2023 é de R\$24.910 na controladora e R\$24.926 no consolidado (R\$24.792 e R\$24.819 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente), conforme nota 14.2.1.

##### (ii) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor se refere ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização das instalações NI, reclassificado para demandas judiciais no exercício de 2021.

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121,



## Notas Explicativas

conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisto mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$45.428, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. A Eletrobras e a Companhia interpuseram recurso, pendente de julgamento, e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

### (iii) Tributárias - IPTU

A Companhia está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo.

### (iv) Fundiárias

Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

## 14.1.3 Movimentação

	<b>Controladora</b>					
	<b>Trabalhista</b>	<b>Cível</b>	<b>Tributárias IPTU</b>	<b>Fundiárias</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>41.836</b>	<b>45.332</b>	<b>26.075</b>	<b>4.906</b>	<b>-</b>	<b>118.149</b>
Constituição	1.981	710	2	4	-	2.697
Reversão	(1.885)	-	-	(1.329)	-	(3.214)
Pagamento	(2.475)	-	-	(1.510)	-	(3.985)
Atualização	1.148	936	1.017	108	-	3.209
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>40.605</b>	<b>46.978</b>	<b>27.094</b>	<b>2.179</b>	<b>-</b>	<b>116.856</b>
	<b>Consolidado</b>					
	<b>Trabalhista</b>	<b>Cível</b>	<b>Tributárias IPTU</b>	<b>Fundiárias</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31.12.2022</b>	<b>43.278</b>	<b>45.493</b>	<b>26.075</b>	<b>25.811</b>	<b>102</b>	<b>140.759</b>
Constituição	2.233	1.204	2	1.903	-	5.342
Reversão	(2.155)	-	-	(4.125)	-	(6.280)
Pagamento	(2.475)	-	-	(1.714)	-	(4.189)
Atualização	1.189	948	1.017	591	3	3.748
<b>Saldos em 31.03.2023</b>	<b>42.070</b>	<b>47.645</b>	<b>27.094</b>	<b>22.466</b>	<b>105</b>	<b>139.380</b>

## 14.1.4 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

## Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$1.066.585 e R\$1.094.481 em 31 de março de 2023 (R\$1.032.316 e R\$1.050.249 em 31 de dezembro de 2022), controladora e consolidado, respectivamente.

<b>Classificação</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31.03.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Trabalhistas	22.352	20.438
Previdenciárias	3.395	3.297
Cíveis	145.315	146.985
Cíveis – Fundiários	5.145	4.926
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	578.468	558.656
Tributárias – Amortização ágio (ii)	192.347	188.016
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	42.986	40.982
Tributárias – IPTU	66.964	60.590
Tributárias – Outros	9.613	8.426
	<b>1.066.585</b>	<b>1.032.316</b>

<b>Classificação</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Trabalhistas	22.827	20.671
Previdenciárias	3.395	3.297
Cíveis	154.016	154.575
Cíveis – Fundiários	15.433	14.552
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	578.468	558.656
Tributárias – Amortização ágio (ii)	192.347	188.016
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	42.986	40.982
Tributárias – IPTU	66.979	60.604
Tributárias – Outros	18.030	8.896
	<b>1.094.481</b>	<b>1.050.249</b>

### (i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP

- **Ação Declaratória**

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de recesso e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação definitiva da exceção de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interpôs recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento provisório de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e ambas as partes apresentaram recursos. Foi proferida decisão em agosto de 2022 dando diretrizes de como deveria ser o cumprimento de sentença. Em face desta decisão, foram apresentados novos recursos.

- **Ação de Indenização**

## Notas Explicativas

Em outubro de 2020, a Companhia foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R\$133 milhões. A Companhia manifestou-se sobre o parecer técnico apresentado pelos minoritários e apresentou parecer técnico-regulatório. A ação foi julgada improcedente e foi apresentado recurso pelos acionistas minoritários.

### (ii) Tributárias – Amortização do ágio

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 a 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia.

- O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Companhia (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial e aguarda julgamento.
- Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento.

A existência de decisão desfavorável no CARF não vincula aos demais processos existentes e pendentes de julgamento, por ainda não possuir o CARF uma posição unânime sobre o tema, tendo em vista que os julgamentos desfavoráveis foram precedidos por empate, posteriormente decididos pelo voto de qualidade do Presidente da Turma/Câmara.

### (iii) Tributárias – CSLL Base Negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pende de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

## 14.1.5 Processos com probabilidade de perda classificada como remota

### 14.1.5.1 PIS e COFINS

A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no regime não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Atualmente, os casos para o período de 2003 a 2010, que atualizados totalizam aproximadamente R\$2.121 milhões, foram encerrados no CARF com decisão desfavorável a Companhia. No ano de 2022 a Companhia ajuizou ação judicial para discutir o mérito do tema para os referidos períodos e obteve decisão liminar suspendendo a cobrança sem a necessidade de apresentação de garantia.

O processo envolvendo o exercício de 2011 possui valor atualizado de R\$936 milhões, teve julgamento desfavorável à Companhia na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi

## Notas Explicativas

analisado e validado. Em setembro de 2022 houve julgamento na Câmara Baixa do CARF com decisão favorável à Companhia. A Fazenda apresentou recurso desta decisão.

### 14.1.5.2 Cobrança Regressiva Eletropaulo

O débito discutido tem origem em 1989, quando a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429,0 milhões da Eletropaulo e R\$49,0 milhões da EPTE, empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo, realizada em dezembro de 1997. Em novembro de 2001, a Companhia incorporou a EPTE e não constituiu provisão para a contingência, por entender que tal débito é de responsabilidade da Eletropaulo face à não transferência desta contingência quando do processo de cisão. No ano de 2018 Eletrobras e Eletropaulo celebraram acordo para quitar o débito, no valor de R\$1,4 bilhões para a Eletrobras e no mesmo ano o acordo foi homologado e a CTEEP excluída da lide. Em outubro de 2018 a Eletropaulo recorreu na tentativa de trazer a CTEEP de volta à lide. Em 2019 o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou o recurso e confirmou a homologação integral do acordo e a exclusão da CTEEP da lide, decisão já transitada em julgado.

A Companhia responde à ação de cobrança regressiva ajuizada pela Eletropaulo em março de 2021 pretendendo o reconhecimento da responsabilidade da Companhia por todo débito oriundo do contrato de financiamento firmado entre a Eletropaulo (ENEL) e a Eletrobrás e sua condenação no reembolso das parcelas vencidas e vincendas do acordo celebrado pela Eletropaulo e no pagamento de custas e verbas sucumbenciais (até 20% do valor discutido).

Em 2021 foi proferida decisão favorável à Companhia, julgando a ação improcedente em 1ª instância. As partes apresentaram recurso, pendente de julgamento. O processo possui valor atualizado de R\$2.187 milhões.

## 14.2 Cauções e depósitos vinculados

### 14.2.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (nota 14.1.2) (i)	24.910	24.792	24.926	24.819
PIS e COFINS (i)	14.361	14.049	14.361	14.049
Autuações – ANEEL (ii)	2.344	2.307	2.344	2.307
Outros	125	123	125	123
	<b>41.740</b>	<b>41.271</b>	<b>41.756</b>	<b>41.298</b>

- (i) Em março de 2015, por meio do Decreto n.º 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS e COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Companhia buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I e; e que o Decreto n.º 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.
- (ii) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

## 15 Patrimônio líquido

### 15.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2023 é de R\$5.000.000, sendo R\$1.957.386 em ações ordinárias e R\$3.042.614 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

## Notas Explicativas

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$3.590.020 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	31.03.2023		31.12.2022	
	número de ações	R\$ mil	número de ações	R\$ mil
Ordinárias (ON)	257.937.732	1.405.410	257.937.732	1.405.410
Preferenciais (PN)	400.945.572	2.184.610	400.945.572	2.184.610
	<b>658.883.304</b>	<b>3.590.020</b>	<b>658.883.304</b>	<b>3.590.020</b>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos correspondente a essa espécie de ações.

### 15.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro líquido do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo, pagamento de dividendos atribuídos às ações preferenciais e ordinárias sendo o maior valor entre R\$218.461 e R\$140.541, respectivamente, e 25% do lucro líquido do exercício; (iii) do saldo, até 20% do lucro líquido para constituição da reserva estatutária.

### 15.3 Reservas de capital

	31.03.2023	31.12.2022
Subvenções para investimento – CRC	78	78
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
	<b>666</b>	<b>666</b>

### 15.4 Reservas e Retenção de lucros

	31.03.2023	31.12.2022
Reserva legal (i)	718.004	718.004
Reserva estatutária (ii)	2.315.253	2.315.253
Retenção de lucros (iii)	846.456	846.456
Reserva especial de lucros a realizar (iv)	8.728.429	8.728.429
	<b>12.608.142</b>	<b>12.608.142</b>

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal.

#### (ii) Reserva estatutária

Nos termos do artigo 36, inciso IV, do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após

## Notas Explicativas

as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, até 20% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social. As finalidades da reserva estatutária são: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios. Caso a Administração entenda que as razões que justificaram a constituição da reserva estatutária não existam mais, poderá propor a sua reversão e realizar posterior distribuição do valor aos acionistas.

### (iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

### (iv) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos de (i) valores a receber do SE (nota 5.1); (ii) ajustes da aplicação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão; (iii) adoção inicial do CPC 47 (IFRS 15); e (iv) equivalência patrimonial, que terão sua realização financeira de lucro em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para: (i) aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para os valores constituídos até a data de revogação da referida Instrução; (ii) distribuição de dividendos para valores constituídos após a revogação da Instrução CVM 247/1996, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

## 15.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de março de 2023, apresenta o valor R\$18.408 líquido de impostos (R\$18.408 em 31 de dezembro de 2022).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa da controlada da Companhia e da controlada IERiacho Grande no valor de R\$9.218 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido.

## 15.6 Resultado por ação

### 15.6.1 Cálculo do resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2023 e de 2022, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

## Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.03.2023</b>	<b>31.03.2022</b>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido – R\$ mil	748.862	543.074
Média ponderada de ações		
Ordinárias	257.937.732	257.937.732
Preferenciais	400.945.572	400.945.572
	<u>658.883.304</u>	<u>658.883.304</u>
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	257.958.362	257.955.644
Preferenciais	400.972.156	400.969.087
	<u>658.930.518</u>	<u>658.924.731</u>
Lucro básico por ação (ON e PN)	<u>1,13656</u>	<u>0,82423</u>
Lucro diluído por ação (ON e PN)	<u>1,13648</u>	<u>0,82418</u>



## Notas Explicativas

### 16 Receita operacional líquida

#### 16.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
<b>Receita bruta</b>				
Receita de infraestrutura (i)	412.655	236.022	505.302	397.080
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (ii)	38.945	3.914	39.076	3.914
Remuneração dos ativos da concessão (iii)	680.231	669.132	867.430	839.064
Operação e Manutenção (iv)	319.140	277.365	346.499	293.705
Receita de aluguéis e prestação de serviços	17.483	8.997	8.997	3.414
<b>Total da receita bruta</b>	<b>1.468.454</b>	<b>1.195.430</b>	<b>1.767.304</b>	<b>1.537.177</b>
<b>Tributos sobre a receita</b>				
COFINS	(109.861)	(89.090)	(119.156)	(99.500)
PIS	(23.851)	(19.342)	(25.863)	(21.598)
Outros	(738)	(434)	(738)	(445)
	<b>(134.450)</b>	<b>(108.866)</b>	<b>(145.757)</b>	<b>(121.543)</b>
<b>Encargos regulatórios</b>				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(33.463)	(29.631)	(33.463)	(29.631)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	(1.179)	(1.623)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(7.485)	(6.612)	(8.769)	(7.601)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.941)	(13.854)	(4.941)	(13.854)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(2.024)	(2.486)	(2.374)	(2.864)
	<b>(47.913)</b>	<b>(52.583)</b>	<b>(50.726)</b>	<b>(55.573)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.286.091</b>	<b>1.033.981</b>	<b>1.570.821</b>	<b>1.360.061</b>

#### (i) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações, reforços e melhorias, previsto no contrato de concessão de serviços, e é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

Para o contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia reconhece receita de implementação da infraestrutura também para projetos de melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011.

#### (ii) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos. Em 31 de março de 2023, o ganho de eficiência refere-se à projetos de reforços e melhorias que entraram em operação.

#### (iii) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada



## Notas Explicativas

projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e varia entre 4,3% e 9,9% ao ano.

### (iv) Operação e manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecidas conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços prestados.

## 16.2 Margens das Obrigações de Performance

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
<b>Implementação da Infraestrutura</b>				
Receita de infraestrutura	412.655	236.022	505.302	397.080
Custo de implementação da Infraestrutura	(301.087)	(154.377)	(419.627)	(344.129)
<b>Margem</b>	<b>111.568</b>	<b>81.645</b>	<b>85.675</b>	<b>52.951</b>
<b>% Margem percebida</b>	<b>27,04%</b>	<b>34,59%</b>	<b>16,96%</b>	<b>13,34%</b>
<b>Ganho de eficiência</b>				
	38.945	3.914	39.076	3.914
<b>O&amp;M</b>				
Receita de O&M	319.140	277.365	346.499	293.705
Custo de O&M	(115.331)	(105.561)	(121.460)	(111.485)
<b>Margem</b>	<b>203.809</b>	<b>171.804</b>	<b>225.039</b>	<b>182.220</b>
<b>% Margem percebida</b>	<b>63,86%</b>	<b>61,94%</b>	<b>64,95%</b>	<b>62,04%</b>
<b>Remuneração dos ativos da concessão</b>	<b>680.231</b>	<b>669.132</b>	<b>867.430</b>	<b>839.064</b>

Taxa implícita dos ativos de contrato variam entre

de 4,3% a 9,9%

## 16.3 Parcela Variável – PV e adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

## 16.4 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

## Notas Explicativas

O descrito acima não se aplica à receita licitada associada ao contrato de concessão nº 143/2001 da controlada IEJaguar6 que não está sujeita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da parcela associada à receita ofertada em leilão, entretanto, a versão 3.0 do Proret 9.2, estabeleceu que a partir do ano de 2019, os reforços e melhorias dos contratos que não possuem cláusula de revisão, passariam por revisão a cada 5 anos. Tendo em vista que o contrato 143/2001 não possui reforços ou melhorias, não teve sua RAP afetada.

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;
- da aplicação do fator “x” (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

<u>Concessionária</u>	<u>Contrato</u>	<u>Resolução homologatória REH</u>	<u>Data da REH</u>	<u>Vigência</u>
CTEEP	059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
CTEEP	012/2016	3.050	01.07.2022	01.07.2022
<u>Controladas</u>				
IESerra do Japi	026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020
IEMG	004/2007	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IENNE	001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018
IEJaguar8	012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEJaguar9	015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEItapura	021/2011	3.050	01.07.2022	01.07.2022
Evrecy	020/2008	2.883	22.06.2021	01.07.2018
IESul	013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEItaúnas	018/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022
<u>Controladas em conjunto</u>				
IEMadeira	013 e 015/2009	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEGaranhuns	022/2011	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IEAimorés	004/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022
IEParaguaçu	003/2017	3.050	01.07.2022	01.07.2022

## Notas Explicativas

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota 1.2.

### 16.4.1 Postergação revisão tarifária periódica de 2023

A ANEEL por meio do Despacho nº 402/2023, decidiu postergar a Revisão Tarifária Periódica para a totalidade do contrato 059/2001 e para os reforços e melhorias dos contratos licitados. O referido Despacho determina que a revisão tarifária irá ocorrer no ciclo tarifário 2024/2025.

### 16.5 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 3.067, publicada em 12 de julho de 2022, estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme demonstrado a seguir:

Concessionária	Índice	RAP Ciclo 22/23								
		REH 2.959 (*)	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	REH 3067	PA	Total
ISA CTEEP	IPCA	2.548.928	299.020	24.260	209.151	(33.922)	-	3.047.437	69.856	3.117.293
Controladas em operação (**)	IPCA	423.755	49.347	1.547	-	1.780	595	477.024	569	477.593
<b>Total</b>		<b>2.972.683</b>	<b>348.367</b>	<b>25.807</b>	<b>209.151</b>	<b>(32.142)</b>	<b>595</b>	<b>3.524.461</b>	<b>70.425</b>	<b>3.594.886</b>

(\*) RAP do ciclo 2021/2022 onde os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) negativa de R\$64.225.

(\*\*) Considerando a RAP das controladas Itapura (projeto Lorena) e Tibagi (projeto Três Lagoas), que entraram em operação durante o ciclo 2021/2022.

A Receita Regulatória da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total 2022 (*)	Total 2021 (*)
	RBSE	RBNI	Licitada	PA	RPC (****)	RCDM (****)	Licitada	PA		
059/2001	1.726.245	281.617	-	(49.871)	614.350	218.794	-	126.182	2.917.317	2.320.120
012/2016 (**)	-	-	206.430	(6.454)	-	-	-	-	199.976	191.994
143/2001	-	-	20.260	(616)	-	-	-	-	19.644	17.757
004/2007	-	-	25.283	(698)	-	-	-	-	24.585	21.001
012/2008	-	9	10.963	(106)	-	1.234	1.653	(44)	13.709	12.140
015/2008	-	25.715	20.969	(2.788)	-	6.636	513	(748)	50.297	44.602
018/2008	-	121	5.401	(84)	-	1.777	65	(461)	6.819	5.991
021/2011	-	-	5.943	(246)	-	-	2.182	-	7.879	6.479
026/2009	-	6.913	37.357	(420)	-	-	8.498	30	52.378	47.136
001/2008	-	9	58.987	(6.483)	-	-	-	-	52.513	55.730
020/2008	-	16.954	-	1.082	-	3.555	-	(27)	21.564	17.417
013/2008	-	-	7.655	(418)	-	-	-	-	7.237	6.624
016/2008	-	3.873	13.435	1.639	-	-	311	(1)	19.257	15.425
026/2017	-	-	21.446	(1.858)	-	-	-	-	19.588	10.524
027/2017	-	-	62.476	(1.387)	-	-	-	-	61.089	53.347
046/2017	-	-	63.066	6.163	-	-	9.549	8.835	87.613	64.866
042/2017	-	-	14.514	(796)	-	-	-	-	13.718	12.553
006/2020 (***)	-	-	6.548	-	-	-	-	-	6.548	-
021/2018 (****)	-	-	13.155	-	-	-	-	-	13.155	-
	<b>1.726.245</b>	<b>335.211</b>	<b>593.888</b>	<b>(63.341)</b>	<b>614.350</b>	<b>231.996</b>	<b>22.771</b>	<b>133.766</b>	<b>3.594.886</b>	<b>2.903.706</b>

(\*) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).

(\*\*) Considerando a RAP da PBTE adquirida em março de 2021.

(\*\*\*) Entrada em operação no exercício de 2021 e no 1º semestre de 2022.

(\*\*\*\*) RPC representa o equivalente a "RBSE" e RCDM representa o equivalente ao "RBNI" para as DITs.

## Notas Explicativas

### 17 Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

#### 17.1 Controladora

	<b>31.03.2023</b>			<b>31.03.2022</b>	
	<b>Custos de implementação e de O&amp;M</b>	<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>Despesas</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Honorários da administração	-	-	(6.445)	(6.445)	(5.524)
Pessoal	(78.306)	-	(17.599)	(95.905)	(99.164)
Serviços de terceiros	(94.911)	(1.767)	(13.709)	(110.387)	(73.705)
Depreciação e amortização	-	-	(6.246)	(6.246)	(6.763)
Materiais	(221.628)	-	(509)	(222.137)	(114.236)
Outros	(19.806)	-	(4.320)	(24.126)	(26.171)
	<b>(414.651)</b>	<b>(1.767)</b>	<b>(48.828)</b>	<b>(465.246)</b>	<b>(325.563)</b>

#### 17.2 Consolidado

	<b>31.03.2023</b>			<b>31.03.2022</b>	
	<b>Custos de implementação e de O&amp;M</b>	<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>Despesas</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Honorários da administração	-	-	(6.445)	(6.445)	(5.524)
Pessoal	(78.309)	-	(18.874)	(97.183)	(100.171)
Serviços de terceiros	(139.807)	(1.767)	(15.049)	(156.623)	(136.301)
Depreciação e amortização	-	-	(6.391)	(6.391)	(6.921)
Materiais	(297.860)	-	(130)	(297.990)	(234.023)
Outros	(23.344)	-	(7.421)	(30.765)	(42.080)
	<b>(539.320)</b>	<b>(1.767)</b>	<b>(54.310)</b>	<b>(595.397)</b>	<b>(525.020)</b>

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da controladora totalizaram R\$301.087 no 1º trimestre de 2023 e R\$154.377 no 1º trimestre de 2022, e no consolidado totalizaram R\$419.627 no 1º trimestre de 2023 e R\$344.129 no 1º trimestre de 2022. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 16.2, é calculada acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

**Notas Explicativas****18 Outras receitas (despesas) operacionais**

No período findo em 31 de março de 2023, o montante de R\$15.807 na controladora e R\$21.570 no consolidado refere-se principalmente: (i) pela atualização dos valores a receber referente negociação de faixa de domínio e desapropriação de terrenos da antiga EPTE junto a Prefeitura de São José dos Campos, no valor de R\$25.556, (ii) compensada (ii) pela amortização da mais valia referente a aquisição da PBTE e SF Energia no valor de R\$5.439.

**19 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2023</b>	<b>31.03.2022</b>	<b>31.03.2023</b>	<b>31.03.2022</b>
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	22.413	9.267	32.433	25.064
Juros ativos	6	359	7	367
Variações monetárias	458	1.113	459	1.114
Outras	2.189	586	2.193	1.155
	<u>25.066</u>	<u>11.325</u>	<u>35.092</u>	<u>27.700</u>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(10.105)	(27.931)	(12.649)	(31.763)
Juros passivos	(119)	(190)	(120)	(193)
Encargos sobre notas promissórias	(50.841)	(34.375)	(50.841)	(34.375)
Encargos sobre debêntures	(112.348)	(80.201)	(112.348)	(80.201)
Variações monetárias	(88.198)	(101.700)	(88.311)	(101.732)
Outras	(4.069)	(9.422)	(4.353)	(9.727)
	<u>(265.680)</u>	<u>(253.819)</u>	<u>(268.622)</u>	<u>(257.991)</u>
	<u><b>(240.614)</b></u>	<u><b>(242.494)</b></u>	<u><b>(233.530)</b></u>	<u><b>(230.291)</b></u>

## Notas Explicativas

### 20 Imposto de renda e contribuição social

#### 20.1 Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.03.2022	31.03.2023	31.03.2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	939.809	703.148	956.810	725.995
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(319.535)	(239.070)	(325.315)	(246.838)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Outras receitas - não tributáveis	9.672	-	9.672	-
Equivalência patrimonial	116.882	83.089	65.737	43.490
Perdas sobre inventário físico	(148)	-	(148)	-
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	-	-	46.266	34.616
Outros	2.182	(4.093)	2.182	(4.093)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<b>(190.947)</b>	<b>(160.074)</b>	<b>(201.606)</b>	<b>(172.825)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(108.258)	(34.652)	(113.916)	(39.982)
Diferido	(82.689)	(125.422)	(87.690)	(132.843)
	<b>(190.947)</b>	<b>(160.074)</b>	<b>(201.606)</b>	<b>(172.825)</b>
Alíquota efetiva	<b>20%</b>	<b>23%</b>	<b>21%</b>	<b>24%</b>

(i) foi adotado o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para as controladas.

## Notas Explicativas

### 21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

#### 21.1 Balanço

Partes relacionadas	Dividendos	Sublocação, reembolso e Compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Ativo	(Passivo)	31.03.2023	31.12.2022
				Aplicações Financeiras Fundos de Investimento (nota 6.5)	Outros	Total	Total
ISA Capital	(213.119)	8	32	-	-	(213.079)	(213.078)
IEMG	-	73	391	-	-	464	435
IEPinheiros	4.356	215	146	-	-	4.717	5.979
IESerra do Japi	19.092	97	130	-	-	19.319	26.820
Evrecy	-	98	2.211	-	-	2.309	2.507
IENNE	-	249	308	-	-	557	559
IEItaúnas	-	32	42	-	-	74	62
IETibagi	11.896	76	164	-	-	12.136	12.109
IEItaquere	44.821	104	84	-	-	45.009	45.022
IEtapura	-	75	352	-	-	427	297
IEAguapei	25.576	147	522	-	-	26.245	26.046
IESul	-	99	254	-	-	353	1.547
IEGaranhuns	-	-	46	-	-	46	43
IEMadeira	52.161	-	-	-	-	52.161	52.161
IEBiguaçu	5.571	122	152	-	-	5.845	6.199
Internexa Brasil	-	-	762	-	-	762	589
Riacho Grande	-	32	61	-	-	93	101
IEAimorés	15.987	-	-	-	-	15.987	15.987
IEParaguaçu	19.583	-	-	-	-	19.583	19.583
IEIvaí	-	778	2.687	-	-	3.465	1.159
IEJaguar 6	512	-	-	-	-	512	512
IEJaguar 8	-	24	-	-	-	24	-
IEJaguar 9	13.897	-	-	-	-	13.897	13.897
Eletrobras	-	-	-	-	(45.428)	(45.428)	(44.139)
Bandeirantes	-	-	-	117.054	-	117.054	269.741
Xavantes	-	-	-	192.276	-	192.276	584.523
Assis	-	-	-	8.177	-	8.177	39.483
Barra Bonita	-	-	-	5.831	-	5.831	13.579
<b>Total</b>	<b>333</b>	<b>2.229</b>	<b>8.344</b>	<b>323.338</b>	<b>(45.428)</b>	<b>288.816</b>	<b>881.723</b>

## Notas Explicativas

### 21.2 Resultado

Partes relacionadas	Receita (Despesa)					31.03.2023	31.03.2022
	Benefícios de curto prazo (a)	Sublocação, reembolso e Compartilhamento despesa (b)	Prestação de serviços (c)	Aplicações Financeiras Fundos de Investimento (nota 6.5)	Outros	Total	Total
Administração	(6.445)	-	-	-	-	(6.445)	(5.524)
ISA Capital	-	8	95	-	-	103	119
IEMG	-	75	931	-	-	1.006	769
IEPinheiros	-	214	437	-	-	651	597
IESerra do Japi	-	100	366	-	-	466	434
Evrecy	-	97	875	-	-	972	878
IENNE	-	248	833	-	-	1.081	1108
IEItaúnas	-	32	502	-	-	534	284
IETibagi	-	76	645	-	-	721	820
IEItaquere	-	104	251	-	-	355	310
IEtapura	-	75	426	-	-	501	410
IEAguapei	-	146	1.072	-	-	1.218	993
IESul	-	103	1.527	-	-	1.630	98
IEMadeira	-	-	140	-	-	140	-
IEGaranhuns	-	-	-	-	-	0	117
IEBiguaçu	-	122	612	-	-	734	250
Internexa Brasil	-	-	363	-	-	363	293
Riacho Grande	-	32	157	-	-	189	153
IEAimorés	-	-	-	-	-	0	39
IEParaguaçu	-	-	-	-	-	0	39
IEIvaí	-	775	2.829	-	-	3.604	39
IEJaguar 8	-	24	-	-	-	24	-
AISCE	-	-	-	-	(20)	(20)	-
IABRATE	-	-	-	-	(20)	(20)	-
Bandeirantes	-	-	-	6.058	-	6.058	1.999
Xavantes	-	-	-	3.402	-	3.402	5.046
Assis	-	-	-	496	-	496	1.411
Barra Bonita	-	-	-	284	-	284	1.902
<b>Total</b>	<b>(6.445)</b>	<b>2.231</b>	<b>12.061</b>	<b>10.240</b>	<b>(40)</b>	<b>18.047</b>	<b>12.584</b>



## Notas Explicativas

- (a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R\$6.445 na controladora e no consolidado (R\$5.524 em 31 de março de 2022).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (b) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

- (c) A Companhia mantém contratos de prestação de serviços: (i) ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEMG, IEPinheiros, IESerra do Japi, IENNE, IESul, IEBiguaçu e IEGaranhuns - prestação serviços de operação e manutenção de instalações; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iv) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESUL, IESerra do Japi, IEPinheiros, IERIacho Grande, IEBiguaçu e Ivaí - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

As transações realizadas entre partes relacionadas ocorrem em condições e prazos estabelecidos contratualmente entre as partes e são reconhecidas conforme os termos contratuais específicos, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos, quando aplicável. Não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapura, IEPinheiros e IENNE, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuíam em estoque de prontidão.

A Companhia celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso para a Gestão de Compras com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P, com objetivo de gerar maior sinergia e eficiência na gestão do processo de cotação e negociação para compras do Grupo ISA.

Adicionalmente, a Companhia contribui como uma associada mantenedora na Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil – Colômbia (AISCE) que tem por objetivo ser a maior plataforma de relacionamento bilateral entre o Brasil e a Colômbia, fomentando os investimentos sociais, a cultura, e o comércio bilateral.

A Companhia, como patrocinadora, celebrou um Termo de Cooperação com o Instituto Abrate de Energia (IABRATE) para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE).

## Notas Explicativas

### 22 Instrumentos financeiros

#### 22.1 Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
<b>Ativos financeiros</b>					
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>					
Equivalentes de caixa	1	1.310.114	318.153	1.460.728	325.423
Aplicações financeiras	2	19.495	462.256	323.338	907.326
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	816	-	816
Caixa restrito	2	7.531	16.443	25.645	34.299
<b><u>Custo amortizado</u></b>					
Ativos da concessão - Serviços de O&M	-	213.041	220.045	264.108	270.155
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	-	2.219.384	2.175.500	2.219.384	2.175.500
Créditos com partes relacionadas	-	224.025	231.655	92.044	89.563
Cauções e depósitos vinculados	-	41.740	41.271	41.756	41.298
Outras – Contas a receber	-	90.898	58.750	90.898	58.750
<b>Passivos financeiros</b>					
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	72	-	10.033	4.117
<b><u>Custo amortizado</u></b>					
Empréstimos e financiamentos					
Circulante	-	61.983	63.579	76.659	78.060
Não circulante	-	1.943.137	1.905.146	2.046.998	2.012.601
Debêntures					
Circulante	-	577.160	88.833	577.160	88.833
Não circulante	-	6.040.108	5.805.235	6.040.108	5.805.235
Arrendamento					
Circulante	-	13.580	13.777	13.930	14.124
Não circulante	-	37.511	40.836	39.454	42.844
Fornecedores					
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	66.028	88.350	102.023	111.557
	-	611.182	611.208	611.182	611.208

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

## Notas Explicativas

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não utilizavam informação de nível 3 para mensurar o valor justo de qualquer ativo ou passivo.

### 22.2 Instrumentos derivativos e atividades de cobertura – Hedge

#### 22.2.1. Contratos de hedge

A controlada IERiacho Grande celebrou em dezembro de 2020, com o banco BTG Pactual, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional total* de USD 32.723. As operações de *hedge* têm como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) pela controlada em moeda estrangeira.

A Companhia celebrou em novembro de 2022, com o BTG Pactual, contratos de hedge na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional total* de USD 3.052. As operações têm como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas classificam os derivativos contratados como *Cash Flow Hedge*, segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48 e na Norma Internacional IFRS 9, a Companhia adotou o “*Hedge Accounting*”.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

							<b>Consolidado</b>	
							<b>31.03.2023</b>	
<b>Operação NDF</b>								
<b>Empresa</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Objeto da proteção</b>	<b>Natureza</b>	<b>Contra parte</b>	<b>Contratação</b>	<b>Vencimento último fluxo</b>	<b>Notional USD</b>	<b>Valor justo ajuste</b>
CTEEP	Non Deliverable Forward - NDF	Dólar US\$	Compra	BTG Pactual	Nov/22	Ago/23	3.052	(72)
Riacho Grande					Dez/20	Jul/25	25.903	(9.961)

### 22.3 Financiamentos

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de março de 2023 é como segue:

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	61.983	63.579	76.659	78.060
Não circulante	1.943.137	1.905.146	2.046.998	2.012.601
Arrendamentos				
Circulante	13.580	13.777	13.930	14.124
Não circulante	37.511	40.836	39.454	42.844
Debêntures				
Circulante	577.160	88.833	577.160	88.833
Não circulante	6.040.108	5.805.235	6.040.108	5.805.235
Dívida total	8.673.479	7.917.406	8.794.309	8.041.697
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.352.057	789.321	1.808.235	1.243.849
Dívida líquida	7.321.422	7.128.085	6.986.074	6.797.848
Patrimônio líquido	16.920.064	16.177.451	17.198.226	16.536.480
Índice de endividamento líquido	43,3%	44,1%	40,6%	41,1%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 6.1 e 6.2). A Companhia e suas controladas atendem em 31 de dezembro de 2022 aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

### 22.4 Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) Risco de crédito – A Companhia e suas controladas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) Risco de preço – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 16.4).
- (iii) Risco de taxas de juros – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 6.1 e 6.2). Adicionalmente, a Administração da Companhia acompanha a valorização do ativo atuarial do plano de pensão vinculada a taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B.
- (iv) Risco de taxa de câmbio – A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira, mas tem operações de aquisição de cabos, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação, na controlada Riacho Grande com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

## Notas Explicativas

- (v) Risco de captação – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia e suas controladas poderiam então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de pagamentos adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia e suas controladas, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.
- (vi) Risco de garantia – Os principais riscos de garantia são:
- Gerenciamento dos riscos associados à veiculação de benefícios de aposentadoria e assistência médica via Vivest (antiga Funcesp), entidade fechada de previdência complementar, por meio de sua representação nos órgãos de administração.
  - Participação na qualidade de interveniente garantidora, no limite de sua participação, às controladas e controladas em conjunto, em seus contratos de financiamento (nota 6.2).
- (vii) Risco de liquidez – As principais fontes de caixa da Companhia e suas controladas são provenientes de:

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu plano de crescimento futuro. A Companhia faz gestão de temas e alterações nas normas Regulatórias que tragam eventuais impactos no cronograma e valores de recebíveis.

							<b>Controladora</b>	
							<b>31.03.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
Passivos Financeiros								
Fornecedores	53.512	1.137	10.359	-	1.020	66.028	89.370	
Empréstimos e financiamentos	7.441	15.338	39.204	1.614.356	328.781	2.005.120	1.968.725	
Debêntures	70.572	84.709	421.879	1.266.768	4.773.340	6.617.268	5.894.068	
Arrendamento	1.220	3.339	9.021	33.906	3.605	51.091	54.613	
	<b>132.745</b>	<b>104.523</b>	<b>480.463</b>	<b>2.915.030</b>	<b>5.106.746</b>	<b>8.739.507</b>	<b>8.006.776</b>	

## Notas Explicativas

	<b>Consolidado</b>						
						<b>31.03.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Passivos							
Financeiros							
Fornecedores	65.018	6.741	24.240	5.004	1.020	102.023	117.613
Empréstimos e financiamentos	9.043	18.903	48.713	1.657.303	389.695	2.123.657	2.090.661
Debêntures	70.572	84.709	421.879	1.266.768	4.773.340	6.617.268	5.894.068
Arrendamento	1.249	3.427	9.254	35.656	3.798	53.384	56.968
	<b>145.882</b>	<b>113.780</b>	<b>504.086</b>	<b>2.964.731</b>	<b>5.167.853</b>	<b>8.896.332</b>	<b>8.159.310</b>

### 22.5 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário base da análise de sensibilidade do risco taxa de juros, índice de preços e variação cambial, utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico-financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, para os itens atrelados a índices variáveis, considera:

Cenário base: Cotação da taxa de juros (curva Pré-DI) e taxa de câmbio (dólar futuro) em 30 de junho de 2023, apurada em 31 de março de 2023, conforme B3 que são informadas nos quadros de Risco de juros e variação cambial; e foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

## Notas Explicativas

### Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro – Controladora e Consolidado

Operação	Risco	Saldos em 31.03.2023	Cenário Base	Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	101,6% CDI	1.329.609	48.780	59.012	69.024	38.314	27.603
Passivos financeiros							
5ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,04%	402.047	10.552	11.913	13.261	9.178	7.790
7ª Emissão de Debêntures	IPCA + 4,70%	831.118	20.975	24.448	27.214	18.835	15.986
8ª Emissão de Debêntures	IPCA + 3,50%	495.732	11.140	12.811	14.467	16.615	12.603
9ª Emissão de Debêntures – 1ª Série	CDI + 2,83%	842.489	26.447	33.923	40.256	20.830	14.054
9ª Emissão de Debêntures – 2ª Série	IPCA + 5,30%	883.244	23.086	25.994	28.874	20.148	17.182
10ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,07%	840.812	22.136	24.982	27.800	19.261	16.358
11ª Emissão de Debêntures – 1ª Série	IPCA + 5,77%	729.057	23.557	26.406	29.227	20.679	17.772
11ª Emissão de Debêntures – 2ª Série	IPCA + 5,86%	299.511	23.747	26.596	29.418	20.869	17.961
12ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,55%	745.363	23.254	28.739	34.105	17.644	11.904
13ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,50%	547.896	17.837	22.044	26.159	13.536	9.133
8ª Notas Promissórias	CDI + 1,25%	1.473.716	48.025	39.305	46.587	24.196	16.347
FINEM BNDES	TJLP+1,80% a 2,62%	293.933	6.812	7.701	8.974	5.225	3.935
FINEM BNDES	TLP + 2,01%	228.954	6.622	7.251	8.017	5.697	4.908
Efeito líquido da variação			(215.410)	(233.101)	(265.335)	(174.399)	(138.330)
<b>Referência para ativos e passivos financeiros</b>							
100% CDI (junho de 2023) (*)			13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
IPCA 12 meses a.a.(fevereiro de 2023)			5,60%	7,00%	8,40%	4,20%	2,80%
TJLP a.a. (2º Trimestre de 2023)			7,28%	9,10%	10,92%	5,46%	3,64%



## Notas Explicativas

### 23 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<b>Controladora</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada - R\$ mil</b>	<b>Prêmio - R\$ mil</b>
Patrimonial (a)	01/12/22 a 01/06/24	2.498.649	8.480
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000	123
Transportes Nacionais (c)	19/12/22 a 19/12/23	404.802	32
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/22 a 30/04/23	90.144	4
Automóveis (e)	19/12/22 a 19/12/23	Valor de mercado	243
Garantia judicial (f)	31/07/18 a 22/03/28	885.961	5.853
			<b>14.735</b>
<b>Consolidado</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada - R\$ mil</b>	<b>Prêmio - R\$ mil</b>
Patrimonial (a)	22/09/22 a 19/12/24	4.188.848	13.429
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/22 a 19/12/23	60.000	123
Transportes Nacionais (c)	19/12/22 a 19/12/23	404.802	32
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/22 a 30/04/23	90.144	4
Automóveis (e)	19/12/22 a 19/12/23	Valor de mercado	243
Garantia judicial (f)	31/07/18 a 22/03/28	885.961	5.853
			<b>19.684</b>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade civil geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes nacionais** Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes pessoais coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.



## Notas Explicativas

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

### 24 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2023	31.12.2022	31.03.2023	31.12.2022
Arrendamentos	114	12.381	135	13.399
Instrumentos financeiros derivativos	(6.732)	(30.206)	(6.732)	(30.206)
Impostos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos	482	(223)	482	(223)
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	-	595.000	-	595.000
Dividendos a receber	-	213.452	-	52.161
Impostos retidos sobre Juros sobre Capital Próprio	-	105.000	-	105.000
Benefício pós emprego	-	373.380	-	373.380
Impostos diferidos sobre benefício pós emprego	-	(126.950)	-	(126.950)

### 25 Eventos Subsequentes

#### (a) Nota Técnica nº 85/2023

Em 27 de abril de 2023, a Superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2023, que tem como objetivo apresentar a análise técnica das manifestações acerca dos cálculos apresentados, no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE, na Nota Técnica nº 85/2022-SGT/ANEEL, de 2 de junho de 2022, e no Ofício-Circular nº 23/2022-SGT/ANEEL, de 16 de agosto de 2022. A Nota Técnica nº 85/2023 não produz efeitos práticos imediatos e toda e qualquer evolução relacionada ao tema RBSE depende de decisão colegiada em reunião de diretoria da ANEEL. A Companhia segue analisando o inteiro teor do documento, seus aspectos processuais e potenciais impactos e entende que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória nº 2.851/2021, estão vigentes e se encontram refletidos nessas informações trimestrais.

\* \* \*

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1. Tabela comparativa em relação a ordem das notas explicativas apresentadas nas informações trimestrais - 31.03.2023 versus 31.03.2022.

<b>Informações trimestrais – 31.03.2023</b>	<b>Informações trimestrais – 31.03.2022</b>
<b>1. Contexto Operacional</b>	<b>1. Contexto Operacional</b>
<b>2. Apresentação das informações trimestrais</b>	<b>2. Apresentação das informações trimestrais</b>
<b>3. Principais práticas contábeis</b>	<b>3. Principais práticas contábeis</b>
<b>4. Normas e interpretações novas e revisadas</b>	<b>4. Normas e interpretações novas e revisadas</b>
<b>5. Ativos de concessão</b>	<b>7. Ativo da concessão</b>
<b>6. Endividamento líquido</b>	<b>14. Empréstimos e financiamentos</b>
	<b>15. Debêntures</b>
	<b>16. Arrendamentos</b>
	<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>
	<b>6. Aplicações financeiras</b>
<b>7. Investimentos</b>	<b>11. Investimentos</b>
<b>8. Impostos diferidos</b>	<b>18. PIS e COFINS diferidos</b>
<b>9. Valores a receber - Secretaria da Fazenda</b>	<b>8. Valores a receber - Secretaria da Fazenda</b>
	<b>30. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58</b>
<b>10. Imobilizado e Intangível</b>	<b>12. Imobilizado</b>
	<b>13. Intangível</b>
<b>11. Benefício Pós Emprego</b>	<b>21. Benefícios Pós Emprego – controlada e consolidado</b>
<b>12. Tributos, encargos sociais e contribuições</b>	<b>17. Tributos e encargos sociais a recolher</b>
	<b>9. Tributos e contribuições a compensar</b>
<b>13. Encargos regulatórios a recolher</b>	<b>19. Encargos regulatórios a recolher</b>
<b>14. Provisões, contingências, cauções e depósitos vinculados</b>	<b>20. Provisões</b>
	<b>10. Cauções e depósitos vinculados</b>
<b>15. Patrimônio líquido</b>	<b>22. Patrimônio líquido</b>
<b>16. Receita operacional líquida</b>	<b>23. Receita operacional líquida</b>
<b>17. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas</b>	<b>24. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas</b>
<b>18. Resultado financeiro</b>	<b>25. Resultado financeiro</b>
<b>19. Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>26. Imposto de renda e contribuição social</b>
<b>20. Transações com partes relacionadas</b>	<b>27. Transações com partes relacionadas</b>
<b>21. Instrumentos financeiros</b>	<b>28. Instrumentos financeiros</b>
<b>22. Seguros</b>	<b>29. Seguros</b>
<b>23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa</b>	<b>31. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento</b>
<b>24. Eventos Subsequentes</b>	<b>32. Eventos Subsequentes</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****2. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Societário e Regulatório**

Ativo	Consolidado		
	Societário	Ajustes	Regulatório (*)
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.484.897	-	1.484.897
Aplicações financeiras	323.338	-	323.338
Ativos da concessão	3.163.797	(2.715.955)	447.842
Estoques	93.088	(65.591)	27.497
Tributos e contribuições a compensar	-	46.311	46.311
Instrumentos financeiros derivativos	138.970	-	138.970
Caixa restrito	6.199	-	6.199
Créditos com partes relacionadas	92.044	(2.479)	89.565
Despesas pagas antecipadamente	43.208	-	43.208
Outros	114.986	(33.066)	81.920
	<b>5.460.527</b>	<b>(2.770.780)</b>	<b>2.689.747</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	19.446	-	19.446
Ativos da concessão	21.366.576	(20.963.836)	402.740
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.219.384	-	2.219.384
Cauções e depósitos vinculados	41.756	-	41.756
Estoques	54.836	(46.136)	8.700
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Outros	60.461	-	60.461
	<b>23.762.459</b>	<b>(21.009.972)</b>	<b>2.752.487</b>
Investimentos	3.942.238	(2.381.592)	1.560.646
Imobilizado	116.665	10.443.327	10.559.992
Intangível	467.812	1.197.805	1.665.617
	<b>4.526.715</b>	<b>9.259.540</b>	<b>13.786.255</b>
	<b>28.289.174</b>	<b>(11.750.432)</b>	<b>16.538.742</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>33.749.701</b>	<b>(14.521.212)</b>	<b>19.228.489</b>

(\*) não auditado e/ou não revisado

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>Passivo</b>	<b>Consolidado</b>		
	<b>Societário</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Regulatório (*)</b>
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	76.659	-	76.659
Debêntures	577.160	-	577.160
Arrendamento	13.930	-	13.930
Instrumentos financeiros derivativos	378	-	378
Fornecedores	95.999	(888)	95.111
Tributos e encargos sociais a recolher	189.669	(35)	189.634
Encargos regulatórios a recolher	69.876	-	69.876
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	611.181	-	611.181
Obrigações trabalhistas	40.440	-	40.440
Valores a pagar – Vivest	823	-	823
Outros	56.511	-	56.511
	<b>1.732.626</b>	<b>(923)</b>	<b>1.731.703</b>
<b>Não circulante</b>			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	2.046.998	-	2.046.998
Debêntures	6.040.108	-	6.040.108
Arrendamento	39.454	-	39.454
Instrumentos financeiros derivativos	9.655	-	9.655
Fornecedores	6.024	-	6.024
Benefício a empregados – déficit atuarial	156.332	-	156.332
PIS e COFINS diferidos	1.902.182	-	43.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.445.113	(3.394.736)	1.050.377
Encargos regulatórios a recolher	31.151	-	31.151
Provisões	139.380	(2.415)	136.965
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-	523.154	523.154
Outros	2.453	8.252	10.705
	<b>14.818.850</b>	<b>(4.724.608)</b>	<b>10.094.242</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	3.590.020	-	3.590.020
Reservas de capital	666	-	666
Reservas de lucros	13.357.003	(11.569.783)	1.787.220
Outros resultados abrangentes	(27.626)	-	(27.626)
Reserva de reavaliação	-	1.774.101	1.774.101
	<b>16.920.063</b>	<b>(9.795.682)</b>	<b>7.124.381</b>
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	278.162	-	278.162
	<b>17.198.225</b>	<b>(9.795.682)</b>	<b>7.402.543</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>33.749.701</b>	<b>(14.521.213)</b>	<b>19.228.488</b>

(\*) não auditado e/ou não revisado

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

	<b>Consolidado</b>		
	<b>(Período findo em 31.03.2023)</b>		
	<b>Societário</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Regulatório (**)</b>
Receita de O&M	346.499	-	346.499
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	-	262.385	262.385
Receita RBSE	406.127	6.605	412.732
Implementação da infraestrutura	505.302	(505.302)	-
Remuneração do ativo da concessão	461.303	(461.303)	-
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	39.076	(39.076)	-
Outras receitas	8.997	1.500	10.497
Deduções da receita operacional	<b>(196.483)</b>	<b>55.985</b>	<b>(140.498)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.570.821</b>	<b>(679.206)</b>	<b>891.615</b>
Custo de implementação da infraestrutura (*)	(419.625)	419.625	-
Custos de Operação e Manutenção	(119.695)	4.391	(115.304)
Custo dos serviços prestados	(1.767)	-	(1.767)
<b>Custos dos serviços de construção, O&amp;M e de prestação de serviços</b>	<b>(541.087)</b>	<b>424.016</b>	<b>(117.071)</b>
<b>Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)</b>	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(47.922)	(281)	(48.203)
Depreciação e Amortização	(6.388)	(161.002)	(167.390)
Resultado Financeiro	(233.530)	108	(233.422)
Equivalência Patrimonial	193.345	(135.681)	57.664
Amortização do ágio	(9)	-	(9)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.579	(8.935)	12.644
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>956.809</b>	<b>(560.981)</b>	<b>395.828</b>
Imposto de renda e contribuição social	(201.606)	118.139	(83.467)
	<b>755.203</b>	<b>(442.842)</b>	<b>312.361</b>
<b>Participação de acionista não controlador</b>	(6.341)	-	(6.341)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>748.862</b>	<b>(442.842)</b>	<b>306.020</b>

(\*) O custo de implementação da infraestrutura equivale ao CAPEX dos ativos da concessão nas demonstrações contábeis regulatória.

(\*\*) não auditado e/ou não revisado

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 3. Conciliação EBITDA – IFRS e Regulatório

	<b>Consolidado</b>
	<b>31.03.2023</b>
<b>EBITDA IFRS (CVM 156/22)</b>	1.196.736
(-) Receita de implementação da infraestrutura	(505.302)
(-) Remuneração dos ativos de concessão	(867.430)
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(39.076)
(-) Receita de O&M	(346.499)
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.021.616
(+) Outras receitas	1.500
(+) PIS e COFINS diferidos	55.985
(+) Custo de implementação da infraestrutura	419.625
(-) Custo de O & M	4.391
(-) Despesas gerais e administrativas	(281)
(-) Equivalência patrimonial	(135.681)
(-) Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	0
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	(8.935)
<b>EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)</b>	<b>796.649</b>
Equivalência Patrimonial	<b>(57.664)</b>
PA da RTP e RBSE	-
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	-
Custos e despesas não recorrentes <sup>1</sup>	-
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>738.985</b>

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 4. Composição Acionária da Companhia

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	31.03.2023					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Controlador</b>						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
<b>Administradores</b>						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	1.704	-	1.704	-
<b>Total do Bloco de Controle</b>	<b>230.856.832</b>	<b>89,50</b>	<b>5.146.232</b>	<b>1,28</b>	<b>236.008.264</b>	<b>35,82</b>
<b>Ações em Circulação</b>						
<b>Governo Federal</b>						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.106.829	9,73	210.399.836	52,48	235.506.665	35,74
Outros (ii)	1.974.071	0,77	185.399.504	46,24	187.373.575	28,44
<b>Total das Ações em Circulação</b>	<b>27.080.900</b>	<b>10,50</b>	<b>395.799.340</b>	<b>98,72</b>	<b>422.880.240</b>	<b>64,18</b>
<b>Capital Total</b>	<b>257.937.732</b>	<b>100,00</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100,00</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100,00</b>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

<b>31.03.2022</b>						
<b>Acionistas</b>	<b>Ordinárias</b>		<b>Preferenciais</b>		<b>Total</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
<b>Administradores</b>						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	5.200	-	5.200	-
Conselho Fiscal	-	-	1.704	-	1.704	-
	-	-	6.904	-	6.904	-
<b>Total do Bloco de Controle</b>	<b>230.856.832</b>	<b>89,50</b>	<b>5.151.432</b>	<b>1,28</b>	<b>236.008.264</b>	<b>35,82</b>
<b>Ações em Circulação</b>						
<b>Governo Federal</b>						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.108.901	9,73	210.745.850	52,56	235.867.057	35,80
Outros (ii)	1.971.999	0,77	185.035.984	46,16	187.007.983	28,38
<b>Total das Ações em Circulação</b>	<b>27.080.900</b>	<b>10,50</b>	<b>395.794.140</b>	<b>98,72</b>	<b>422.875.040</b>	<b>64,18</b>
Capital Total	<b>257.937.732</b>	<b>100,00</b>	<b>400.945.572</b>	<b>100,00</b>	<b>658.883.304</b>	<b>100,00</b>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.



**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

Acionistas	31.03.2023					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>ISA Capital do Brasil S. A.</b>						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	100,00	-	-	840.625.000	100,00
Demais acionistas	-	-	-	-	-	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>
<b>(a) Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.</b>						
Ecopetrol S.A. (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresas Públicas de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	440.480.920	39,77	-	-	440.480.920	39,77
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
<b>(b) Ecopetrol S.A.</b>						
Ministério da Fazenda e Crédito Público (b)	36.384.788.417	88,49	-	-	36.384.788.417	88,49
Demais acionistas	4.731.906.273	11,51	-	-	4.731.906.273	11,51
	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>
<b>(c) Empresas Públicas de Medellín E.S.P.</b>						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

**Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física**

Acionistas	31.03.2022					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>ISA Capital do Brasil S. A.</b>						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	100,00	-	-	840.625.000	100,00
Demais acionistas	-	-	-	-	-	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>
<b>(a) Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.</b>						
Empresa Colombiana de Petroleos Ecopetrol (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresas Públicas de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	440.480.920	39,77	-	-	440.480.920	39,77
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
<b>(b) Empresa Colombiana de Petroleos Ecopetrol</b>						
Entidades Estatais da Colômbia	36.384.788.417	88,49	-	-	36.384.788.417	88,49
Demais acionistas	4.731.906.273	11,51	-	-	4.731.906.273	11,51
	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>
<b>(c) Empresas Públicas de Medellín E.S.P.</b>						
Município de Medellin	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, e, dando cumprimento ao disposto no inciso vi do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, declara que analisou as informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023 e o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, manifestando-se favoravelmente pela sua divulgação

São Paulo, 02 de maio de 2023

Ricardo Lopes Cardoso

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Carla Alessandra Trematore

Bruna Reis de Arantes

Pedro Henrique da Costa Motta

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

O Comitê de Auditoria Interna tem o objetivo de fortalecer o sistema de controle interno, a gestão de riscos e as práticas de Governança Corporativa da Companhia. Sua formação não é estatutária, sendo apenas um órgão de gestão interno da Companhia e sem as atribuições específicas de um Comitê de Auditoria Oficial e Estatutário, como, por exemplo, a emissão de parecer sobre as Informações Trimestrais.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os diretores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordaram com as informações contidas no Formulário de Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2023, (ii) concordaram com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, e (iii) todas as informações relevantes relacionadas às Informações Trimestrais, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão do Formulário de Informações Trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de março de 2023.

São Paulo, 02 de maio de 2023

Rui Chammas  
Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno  
Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal  
Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada  
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desirê Olímpio Pereira  
Diretora Executiva de Operações

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 02 de maio de 2023

Rui Chammas  
Diretor Presidente

Dayron Esteban Urrego Moreno  
Diretor Executivo de Projetos

Carisa Santos Portela Cristal  
Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores

Silvia Diniz Wada  
Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios

Gabriela Desirê Olimpio Pereira  
Diretora Executiva de Operações